

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

BRUNO MANDELLI

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DO VALE DO ITAJAÍ A PARTIR DA IDEOLOGIA DO
TEUTO-BRASILEIRO (1880-1900): HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA**

FLORIANÓPOLIS

2014

BRUNO MANDELLI

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DO VALE DO ITAJAÍ A PARTIR DA IDEOLOGIA DO
TEUTO-BRASILEIRO (1880-1900): HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

FLORIANÓPOLIS

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mandelli, Bruno

A industrialização do Vale do Itajaí a partir da
ideologia do teuto-brasileiro : história e historiografia /
Bruno Mandelli ; orientador, Paulo Pinheiro Machado -
Florianópolis, SC, 2014.

81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Industrialização. 3. Vale do Itajaí. 4.
Teuto-brasileiro. 5. Historiografia. I. Pinheiro Machado,
Paulo. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) BRUNO MANDELLI matrícula
n.º 10201542, entregou a versão final de seu TCC cujo título é A imdeus -
realização do Vale do Itajaí a partir da com as devidas correções sugeridas pela
banca de defesa. ideologia do tonto-brasileiro: história e historiografia

Florianópolis 10 de dezembro de 2014.

Orientador(a)



ATA DE DEFESA DE TCC

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, na sala dez do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Paulo Pinheiro Machado**, Orientador e Presidente, pela Professora **Cristina Scheibe Wolff**, Titular da Banca, e pela Professora **Endrica Geraldo**, Suplente, designados pela Portaria nº34 /TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Bruno Mandelli**, subordinado ao título: “**A industrialização do Vale do Itajaí a partir da ideologia do teuto-brasileiro (1880-1900): história e historiografia**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Paulo Pinheiro Machado**, a nota final *10,0*, da Professora **Cristina Scheibe Wolff**, a nota final *10,0* e da Professora **Endrica Geraldo**, a nota final *10,0*, sendo aprovado com a nota final *10,0*. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História, até o dia doze de dezembro de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 1 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. **Paulo Pinheiro Machado**.....

Prof.^a **Cristina Scheibe Wolff**.....

Prof.^a **Endrica Geraldo**.....

Candidato **Bruno Mandelli**.....

Agradecimentos,

Durante todos esses anos de formação e vivência de experiências na Universidade são tantas as pessoas que se quer agradecer pela vida compartilhada. Desde o início da caminhada, em 2008, quando entrei na graduação em Economia, aos colegas Fernando e Lilian, pelas boas conversas e controversas. Ao professor Marcos Valente, pelo apoio e incentivo na busca pelo conhecimento.

Na história, desde 2010, aos professores Paulo, pelo acolhimento da pesquisa e nos conselhos essenciais. À professora Cristina pela abertura de campos para pesquisa na disciplina ministrada de História de Santa Catarina. À professora Endrica também pelas reflexões produzidas no Laboratório de Imigração, fundamentais para construção desse trabalho.

Sem dúvida, ao Ricardo Lara, professor e companheiro de pesquisa, na sua bolsa de iniciação científica sobre a formação social de Santa Catarina, que possibilitou um aprofundamento dos estudos, principalmente teórico e militante.

Ao movimento estudantil, que envolve um conjunto de pessoas que com certeza deve ultrapassar a casa das centenas, o que não torna justo citar nomes. Apenas dizer que estar à frente do Diretório Central dos Estudantes, na gestão *Voz Ativa*, e a experiência da construção coletiva de lutas e memórias, tornam possível crer que a militância é uma forma de nos tornarmos mais humanos.

Aos meus pais, Tayrone e Eliana, por terem feito o melhor. Ao meu irmão Miguel, que sempre com sua calma e paciência de músico me ajudou “a relaxar”.

À minha companheira de todas as horas, todos os minutos, Adriana, sem o seu apoio e trabalho seria impossível escrever esse TCC. Como dizia Mario Benedetti: “en la calle, codo a codo, somos mucho más que dos”. Ao nosso Víctor Hugo, filhote que veio ao mundo esse ano, e que serviu de inspiração e força nas horas de aperto.

A todas essas pessoas agradeço o que passou e passam todos os dias.

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”.

Eduardo Galeano.

Resumo

Este trabalho discute e problematiza a industrialização do Vale do Itajaí, de 1880 a 1900, a partir do estudo da literatura de viagem das últimas décadas do século XIX e começo do XX e dos relatórios de presidente de província do mesmo período. Analisa a construção da ideologia do teuto-brasileiro, enquanto construção histórica, que afirma a existência de uma superioridade do trabalho imigrante, em especial dessa etnia, muitas vezes em oposição ao brasileiro. Também é analisada a historiografia que escreveu sobre o tema, em suas diferentes vertentes teóricas, mas que possui um elemento em comum na sua análise: a persistência do empreendedor teuto-brasileiro como ator histórico da industrialização. Desse modo, a relação que se estabelece entre história e historiografia, e a ideologia do teuto-brasileiro enquanto persistência e mudança são os norteadores do presente trabalho.

Palavras-chave: Industrialização. Vale do Itajaí. Teuto-brasileiro.

Abstract

This work discusses and questions the industrialization of the Itajaí Valley, from 1880 to 1900, from the study of travel literature of the late nineteenth and early twentieth century and the reports of the President of the province of the same period . Analyzes the construction of the ideology of the German-Brazilian, while historic construction, which asserts the existence of a superiority of immigrant labor, especially in this ethnic group, often in opposition to the Brazilian. Also analyzes the historiography written on the subject, in their different theoretical perspectives, but having a common element in their analysis: the persistence of the German-Brazilian entrepreneur as a historical actor of industrialization. Thus, the relationship established between history and historiography, and the ideology of the German-Brazilian as persistence and change are the guiding this work.

Keywords: Industrialization. Vale do Itajaí. German-Brazilian.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRO CAPÍTULO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E FORMAÇÃO DA ECONOMIA DE MERCADO NO VALE DO ITAJAÍ.....	20
SEGUNDO CAPÍTULO: A INDÚSTRIA DO VALE DO ITAJAÍ ENTRE O CAPITAL ALEMÃO E A PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA.....	34
2.1 – Os interesses Alemães na província de Santa Catarina	34
2.2 – Os interesses da Província de Santa Catarina na indústria e no trabalho imigrante.....	48
TERCEIRO CAPÍTULO: NOVOS TERMOS DE UM VELHO DEBATE – A INDUSTRIALIZAÇÃO DO VALE DO ITAJAÍ NA HISTORIOGRAFIA E NA ECONOMIA POLÍTICA CATARINENSE	58
3.1 – A industrialização do Vale na perspectiva da Economia Política..	58
3.2 – A industrialização do Vale na perspectiva da historiografia.....	60
3.3 – Críticas ao modelo schumpeteriano da história	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
FONTES.....	78
BIBLIOGRAFIA	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO DE BLUMENAU – (1850-1920).....	14
TABELA 2 – ECONOMIA DE BLUMENAU (1869-1879-1883).....	15
TABELA 3 - FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS FÁBRICAS DO VALE DO ITAJAÍ.....	21
TABELA 4: VALOR DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES REALIZADAS POR BLUMENAU (1863-1918).....	22

INTRODUÇÃO

Na historiografia catarinense, prevaleceu ao longo de décadas, uma versão oficial da história que privilegiava a história dos grandes homens e personagens. Políticos e empresários se sucedem na narrativa histórica de Santa Catarina, construída linearmente, de forma que o presente aparece como uma representação das vitórias políticas, econômicas e militares do passado.

Além de grande ênfase aos fatos políticos e militares, estas obras apresentam grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens. São estes os sujeitos desta forma de se escrever a história.¹

Na escrita da história do Vale do Itajaí, em particular de sua industrialização, é recorrente em várias obras a figura do “empreendedor imigrante” nas narrativas que remontam às origens industriais. Desde teses acadêmicas a discursos de políticos², o mito do “sucesso” do empresário imigrante, sempre aparece como um processo que teve como ator a figura do pequeno industrial que, sem capitais, através de seu “espírito empreendedor”, da sua ética, do seu trabalho ao longo da vida e da sua moderação, galgou uma posição social privilegiada na sociedade. Desse modo:

O Sul só teria conseguido atingir níveis e índices atuais em função do imigrante, especialmente dessas etnias, dadas suas laboriosidade e abnegação (...). Em torno dessa temática é frequente uma historiografia regional, exaltando o papel dos pioneiros. No entanto, na maior parte das vezes, não há preocupação crítica, analítica, e na ausência dessa perspectiva, elaboram-se verdadeiras apologias, fortalecendo o **mito do pioneiro**. Assim, cai-se facilmente num determinismo personalista, no qual o triunfo se deveu à “fibra dos pioneiros”, e, em função dessa qualidade, só restaria o **sucesso** e nunca o fracasso.³

1 WOLFF, Cristina S. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 2009, p. 4.

2 O ex-senador Raimundo Colombo, em discurso no senado afirmou que: “A nossa história, os nossos valores, a nossa vida comunitária pode ser focada por diversos aspectos, desde o nosso crescimento econômico, que se dá de uma forma bem equilibrada, muito bem distribuída, desde a chegada dos imigrantes alemães, que mostram realmente um modelo de conduta [...] Quando vemos nos jornais, nos dados estatísticos, nas demonstrações de força, empresas como Perdigão, Sadia, Chapecó, Aurora, dizemos: “Poxa, como essas empresas cresceram!” Mas elas nasceram a não mais do que 50, 60 anos, no fundo de quintal de um ou dois operários, que começaram, através desse trabalho a gerar riqueza. E não explorando, mas convivendo, de tal forma que os integrados eram parceiros desse desenvolvimento”. Fonte: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2009/10/08102009/50582.pdf> (acesso em 15/05/2014).

3 KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: *O Brasil Imperial. Vol. II (1870-1899)*. Rio de Janeiro:

Em muitos desses casos, a visão do empresário imigrante está associada a diversos fatores sócio-culturais, como o conceito de “teuto-brasileiro”, identidade construída historicamente para reforçar a existência de elementos heteronômicos em uma sociedade monárquica e escravocrata, conforme André F. Voigt destaca:

Formada no próprio contato social entre imigrantes, descendentes e outros grupos étnicos encontrados no Sul, a identidade teuto-brasileira seria o resultado de um embate pela afirmação da sua particularidade, diante da diversidade étnica e cultural do restante do Brasil. A afirmação de suas peculiaridades demonstraria, para o país como um todo, traços dignos de um exemplo a ser seguido pelo país, assolado pela “herança colonial” lusa. A ética do trabalho e da poupança, a religiosidade, a natural tendência ao associativismo, o respeito às leis e hierarquias, a valorização da iniciativa particular e familiar, desprezo pela iniciativa pública e pelo Estado, a manutenção das tradições e do idioma, o isolamento municipal e regional, o respeito ao meio ambiente, seriam alguns destes traços culturais que caracterizariam a cultura teuto-brasileira, ainda visualizada como um contraponto positivo à presença lusa, africana e indígena na formação nacional do Brasil.⁴

Desse modo, as teses a respeito da industrialização do estado de Santa Catarina, em particular do Vale do Itajaí, destacam como ator histórico o empreendedor teuto-brasileiro, herdeiro de características psico-sociais de sua pátria de origem, entre as quais, segundo Hering, “a necessidade de libertar as energias criadoras, o ímpeto de lutar, a vontade de conquistar, de alcançar êxito, de encontrar um reino privado”⁵.

Essa visão do desenvolvimento econômico como um processo idílico, no qual alguns poucos homens aparecem como pioneiros da épica industrial, pode ser assemelhada de certa forma ao “mito fundador” analisado por Mircea Eliade:

(...) o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio" (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma "criação": ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que **realmente** ocorreu, do que se manifestou plenamente⁶.

Desse modo, a narrativa da industrialização do Vale na historiografia de Santa

Civilização Brasileira, 2009, p. 201-202. (grifos meus).

4 VOIGT, André Fabiano. *A invenção do teuto-brasileiro*. (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2008, p. 12.

5 HERING, Maria L. R. *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987, p. 86.

6 ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 50 (grifos meus).

Catarina, remonta às origens dos fundadores das primeiras indústrias, reforçando uma visão individual de um processo que é social. Portanto, nosso interesse está em compreender a necessidade histórica da existência e da construção social que permite e alimenta a ideia de que o desenvolvimento econômico do Vale foi resultado da ação dos “capitães de empresa e técnico inventores teuto-catarinenses”⁷.

O estudo da construção social desse mito coloca-nos, enquanto historiadores, na condição de desvendar a sua aparência. De acordo com Celso Furtado, “o mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas”⁸; ao mesmo tempo em que, segundo o autor, “os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social”⁹.

O nosso intuito com o presente estudo, além de fazer a crítica de uma historiografia pouco crítica, é de contribuir para novas frentes de abordagem no estudo do processo de produção nos núcleos de colonização no Vale do Itajaí e como as relações sociais que se engendraram a partir de então são mais complexas e contraditórias do que a história oficial costuma afirmar.

Para reflexão histórica que nos propomos com esta pesquisa, utilizamos como teoria a contribuição do materialismo histórico e dialético, nas obras de Karl Marx e Fredrich Engels, bem como de Antonio Gramsci, em especial das categorias de *ideologia* - ou “formas sociais determinadas de consciência” -, e *hegemonia*, em suas compreensões para o campo da história. É necessário ressaltar que a contribuição teórica serve, sobretudo, como afirmou Engels, de um “guia para o estudo”¹⁰, e não como um manual de como se deve escrever a história, que passa por escolhas do pesquisador na sua relação com as fontes e documentos pesquisados. Sobre a categoria de ideologia, ou nas palavras dos autores:

7 COSTA SOUTO, Américo A. *Industrialização de Santa Catarina: o vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. In: Ana Brancher (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 115.

8 FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, p. 7.

9 Idem.

10 “Mas a nossa concepção de história é, sobretudo, um guia para o estudo [...] É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc. que lhe correspondem [...] Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo o fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda.” MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura*. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 103-107 (grifos meus).

(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade (...). A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem **formas sociais determinadas de consciência**. (...) Na consideração de tais transformações **é necessário distinguir** sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as **formas ideológicas** pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim.¹¹

Desse modo, depreende-se dessa passagem a noção de *formas ideológicas*, que constituem uma esfera do social que está relacionado à estrutura social, mas que não se confunde com ela, ou não reflete mecanicamente a sua existência. Toma-se que, segundo o autor, é necessário distinguir sempre as transformações materiais, das formas ideológicas que entram em cena como “formas sociais determinadas de consciência”.

Decorre disso, de que determinadas ideias, por mais que venham “de cima para baixo”, emanadas do Estado ou de setores dominantes da sociedade, não podem surgir e nem causar um impacto na sociedade, a partir do nada. As ideias surgem e se afirmam como dominantes caso tenham uma força social para fazê-lo, ou seja, caso encontrem um respaldo nas relações produzidas pelos sujeitos. E essas ideias precisam ser veiculadas através de meios que cheguem até sujeitos e esses se apropriem delas como formas sociais de consciência.

Para os autores, portanto, os homens, nas suas relações sociais de produção, que são condicionados pelas “condições encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”, criam sistemas de valores que deverão ser reconhecidos como valores importantes para toda a sociedade, valores particulares que se apresentem como universais. Como os autores destacam na Ideologia Alemã:

Cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, e apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas.¹²

11 MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril, 1982, p. 25.

12 MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007, p. 37.

Tomamos também como referência para o nosso estudo, os escritos de Antonio Gramsci sobre a categoria de hegemonia compreendida como a capacidade de direção de um grupo que se pretende hegemônico, não apenas politicamente, mas sobretudo moral, cultural e ideologicamente, e que apresenta a sua concepção de mundo como uma ideia hegemônica, uma ideia universal. Desse modo:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata (...) mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (...) Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “**hegemonia**” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do **consenso “espontâneo”** das grandes massas da população quanto à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante, à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção 2) do aparato de coerção estatal, que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.¹³

Essa hegemonia, entendida como uma concepção de mundo construída historicamente é elaborada por intelectuais “orgânicos”, representantes de classe que produzem e transmitem essas ideias através de meios físicos que cheguem para todos os indivíduos da coletividade e apareçam como interesse geral da sociedade.

Os chamados intelectuais orgânicos são responsáveis pela criação e cristalização dos sistemas de valores e sistemas de saber nas sociedades. São os artistas, cientistas, romancistas, professores, que podem estar tanto no papel de justificadores do sistema de valores vigentes numa sociedade como no papel de críticos.¹⁴

13 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981, pp. 13-14.

14 WASSERMAN, Claudia. *Ideologia e política: o papel dos intelectuais orgânicos*. In: _____. *História e Ideologia: perspectivas de debates*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 274.

Especificamente no contexto da colonização do Vale do Itajaí em final do século XIX e início do XX, utilizamos do conceito de empreendedor étnico para se referir ao teuto-brasileiro, que “designa aqueles que formulam e administram ideologias e observam como as situações são definidas ou reforçadas para sua vantagem”.¹⁵ Para reconstruir essa história, utilizaremos como fontes documentos escritos, como a literatura de viagem da virada do século XIX para o XX e fontes oficiais como os Relatórios de Presidente de Província nas duas últimas décadas do século XIX.

A pluralidade das fontes utilizadas tem como busca a interpretação que os diferentes atores sociais que teceram a história do Vale. Desse modo: “Necessariamente, a ampliação de temas levou à ampliação da noção de documento” (...) “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”¹⁶.

No estudo da história, pesquisamos a literatura de viagem, relatos de viajantes, como produção intelectual destinada a produzir e elaborar uma concepção a respeito da colonização alemã no Vale do Itajaí. Em sua particularidade, estudamos a publicação de livros de viajantes que estiveram no Vale nas décadas de 1880 a 1900 e tiveram contato com a população local.

A utilização da literatura de viagem, como fonte histórica em nossa pesquisa tem como características gerais aquelas apontadas por Miriam Moreira Leite em seu estudo sobre a condição feminina no Rio de Janeiro: “o caráter unitário e global de cada um dos livros, o fato de os autores dos documentos serem estrangeiros, de passagem pelo Brasil e sua condição de fontes primárias, que provocaram a produção de outros textos, em reação à sua publicação.”¹⁷

No convívio social estabelecido pelos viajantes com a população do município de Blumenau, destacam-se inúmeras percepções sociais que se tornaram memória. Conforme destaca a autora:

A percepção das condições de vida social do local visitado tende a aglutinar-se às demais informações e observações sobre a natureza e o **trabalho**, até chegar a uma apresentação global das condições

15 SEYTHERFH, Giralda. A dimensão Cultural da Imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 77, p. 56.

16 KARNAL, Leandro. TATSCH, Flavia. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla B. DE LUCA, Tania R. (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 15-21.

17 LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 18.

de vida da população visitada que, para o autor e uma parte de seus leitores, parecia completa.¹⁸

Nesses termos, nossa busca pelo gênero de literatura de viagem como um “macrocorpus documental”, tende a recortar aspectos relacionados às condições de trabalho e de vida dos colonos; das suas relações sociais, e das expressões ideológicas que afloram na documentação analisada. Um aspecto singular distingue o autor da documentação de viagem: “Por não estar envolvido e até desconhecer a história do grupo visitado, alguns dos autores-viajantes conseguem uma lucidez na penetração das relações sociais, capaz de **fazer aflorar as contradições do sistema social**, que se diluem para quase todos os habitantes, integrados nele”.¹⁹ Nesse sentido, os interesses sociais, políticos ou econômicos que norteiam a produção da literatura de viagem podem ter dois polos ligados em um mesmo processo social:

O viajante – tanto o que pretendia transformar a terra visitada em mercado consumidor de seu país de origem, quanto o que pretendia fugir dos aspectos negativos do capitalismo industrial, por uma aproximação da natureza – trazia a postura do civilizado diante de uma população atrasada²⁰.

No estudo dos documentos oficiais – os relatórios de presidente de província - escritos do período estudado, requer que analisemos o contexto histórico em que foi produzido o documento, bem como os atores sociais que participaram da sua produção. Conforme nos informa Ciro F. Cardoso: “O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, **não pode ser visto como algo transparente.**”²¹

Seguimos a ideia de que o documento não “fala por si mesmo”; pelo contrário, é necessário que o historiador faça perguntas, questione e relacione o texto à conjuntura da época em que foi produzido. Como sugere o referido autor:

(...) trata-se, antes, de relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extra textuais que presidem

18 Idem, p. 18. (grifos meus).

19 Idem, p. 19. (grifos meus).

20 Idem, p. 22.

21 CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.) História e análise de textos. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 539. (grifos meus).

a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social".²²

Desse modo, o primeiro capítulo trata de discutir a acumulação de capital e a formação da economia de mercado no Vale do Itajaí, o início da industrialização, a partir das relações sociais de produção. Começamos a nossa pesquisa a partir de uma visão abrangente, das diferentes abordagens sobre a industrialização do Vale do Itajaí.

O segundo capítulo trás para o estudo duas fontes documentais importantes: os relatórios de presidente de província de 1880 a 1900 e a literatura de viagem, para compreensão mais ampla do período estudado, e de que forma determinadas ideias foram perpetuadas e transmitidas no presente. O terceiro capítulo procura traçar um panorama da historiografia e da economia política que escreveram sobre o tema e fazer uma crítica à chamada versão schumpeteriana da história. Portanto nossa pesquisa apresenta como delimitação histórica: o interesse pela temática da industrialização da região do Vale do Itajaí de 1880 a 1900, a construção do mito do empreendedor teuto-brasileiro como ideologia, bem como a historiografia que escreveu sobre o tema.

²² Idem, p. 540.

PRIMEIRO CAPÍTULO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E FORMAÇÃO DA ECONOMIA DE MERCADO NO VALE DO ITAJAÍ

No estudo da industrialização do Vale do Itajaí, é recorrente no debate acadêmico a discussão sobre qual a “origem” da indústria e da acumulação de capital que proporcionou a canalização de recursos para o investimento industrial na região. Alguns autores, entre eles Hering (1987), defendem que a via para a industrialização se deu a partir de uma origem no artesanato (que seria a verdadeira via para industrialização). Outros autores, entre eles Mamigonian (1965) e Seytherth (1974), defendem que a via pelo comércio foi a verdadeira origem da industrialização, uma vez que os colonos não dispunham de recursos para iniciar este empreendimento, e apenas os vendedores eram os detentores do capital que deu origem à indústria do Vale do Itajaí. Segundo esta autora:

A ideia, bastante difundida entre os pesquisadores, de que o artesanato foi o responsável pela industrialização das áreas com forte influência do imigrante, nada mais é do que um mito (...). Se industrialização houve é porque ocorreram condições favoráveis ao país, além do sucesso da imigração, a partir de determinada época (mais precisamente a partir do advento da República). Sem estas condições, nem imigrantes, nem outros fariam a industrialização.²³

Embora concorde com o seu argumento de que a industrialização teve influência da conjuntura que se estabeleceu a partir do início da República, o debate que se trava a cerca da origem da indústria, se foi a partir do comércio ou do artesanato acaba por dar demasiada ênfase a um assunto infrutífero, que reforça a tese da busca de um “mito fundador”.

Nos trinta primeiros anos da colônia Blumenau – em que esteve de 1850 a 1860 como colônia particular, sendo adquirida pelo governo Imperial em 1860, tornando-se, portanto, colônia oficial até 1880 -, a economia da colônia era de uma agricultura de subsistência com a produção de milho, mandioca, feijão, arroz, produtos para alimentação. A população do município havia aumentado em face de anos antes e já contava com 16.380 habitantes em 1883, ano da instalação da câmara municipal.

23 SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990, pp. 40-41.

TABELA 1: POPULAÇÃO DE BLUMENAU – (1850-1920)

DATA	IMIGRAÇÃO	POPULAÇÃO
1850	17	6
1855	326	249
1860	695	947
1865	1608	2625
1870	2867	6188
1875	1997	9161
1880	3285	14881
1883		16.380
1907		45089
1912		54000
1920		72213

Fonte: COLOMBI, Luiz V. (1979)

Nesse momento, a colônia teve um aumento populacional como podemos verificar na tabela acima e novas colônias são fundadas no Vale do Itajaí e região, como Itajaí (Brusque), em 1860, Teresópolis (1860), Príncipe D. Pedro (1867), o que levou a uma expansão do mercado interno, e ao crescimento da divisão social do trabalho. Os produtos exportados nesse período consistiam, basicamente: tábuas, açúcar, cachaça, farinha de mandioca, feijão, fumo, milho, manteiga, banha, conservas de carne, ovos e aves.²⁴ Além das atividades agrícolas, eram desenvolvidas também a criação de animais e uma indústria doméstica. A primeira era bastante limitada, consistindo na criação de vacas, galinhas e porco para o consumo próprio e de burros e cavalos para o transporte. A segunda representou uma parte importante da atividade econômica nesse período. Desse modo:

O trabalho nos engenhos-de-açúcar e cachaça, a produção de fubá e farinha de mandioca nas atafonas, a manufatura de charutos, a produção de vinhos, banha, derivados de leite, e de um doce de frutas, pastoso, chamado *Muss*, constituíam as principais atividades que rotulamos como “indústria doméstica”.²⁵

Além destas, algumas atividades industriais eram realizadas, como a produção de cerveja, olarias e serrarias, como é demonstrada no quadro a seguir.

24 SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 110.
25 SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999, p. 67.

TABELA 2: ECONOMIA DE BLUMENAU (1869-1879-1883)

Estabelecimentos	1869	1879	1883
Cervejarias	1	4	8
Olarias	8	12	12
Engenhos de Arroz	3	4	6
Engenhos de Açúcar	76	88	150
Engenhos de mandioca	65	78	152
Serrarias	18	35	38
Fábricas têxteis	-	-	2

Fonte: SINGER, Paul. (1968)

Dessa forma, com o surgimento do mercado – na figura do vendeiro – e a produção passa a ser planejada tanto para a subsistência – milho, mandioca, feijão – como para a comercialização do excedente – fumo e cana-de-açúcar, tendo estes produtos cada vez maiores importância na economia local. Como destaca Giralda Seyferth:

A policultura foi, portanto, adotada desde o início, e, por esse motivo, o colono trabalhava na lavoura durante todo o ano, plantando sucessivamente a mesma roça. Em virtude do isolamento da colônia e da dificuldade de obter mercadorias de primeira necessidade, o colono obtinha na sua propriedade o necessário à sua subsistência, com exceção do sal, roupas e ferramentas. A policultura era condição essencial à sobrevivência e nos primeiros anos só um mínimo de excedente da produção do colono era canalizado para venda.²⁶

Desse modo, estabeleceu-se nessa região uma comunidade de pequenos produtores rurais que, com a mão-de-obra familiar, produziam aquilo que necessitavam para a sua subsistência; contudo, já possuíam também o caráter de produzirem algo para o mercado, destinado especificamente para troca com o objetivo de adquirirem aquilo que necessitavam e que não poderiam produzir. Sobre o *processo de troca* e o desenvolvimento do comércio, é assim analisado por Marx:

²⁶ Ibidem, p. 59.

A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornem mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. [...] A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja *intencionalmente* feito para troca. Seu valor-de-uso dissocia-se do seu valor-de-troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente da sua própria produção. O costume fixa-as como grandezas de valor.²⁷

Desse modo, com a constante repetição das trocas e a generalização das mercadorias no interior da comunidade, estabeleceu-se um vínculo entre os diversos produtores individuais com o mercado, em que aqueles, independente de sua vontade, devem recorrer para poderem satisfazer certas necessidades, tanto para o próprio consumo imediato quanto para aquisição de utensílios, ferramentas, enfim, meios de produção necessários para sua produção.

Entretanto, dificilmente algum colono era proprietário de engenho, atafona ou serraria, tendo em vista que era necessária relativa quantidade de capital para poder instalar uma pequena fábrica desse tipo. A maioria dos proprietários desses estabelecimentos eram os comerciantes que eram donos das vendas e que controlavam o comércio da região. Cabe destacar que para os colonos produzirem seus produtos nesses engenhos e atafonas, era necessário repassar metade da produção para o proprietário, na forma de meia.

No momento em que estamos analisando a produção nas colônias, então, estava fundada na pequena propriedade familiar que produzia diversos gêneros agrícolas, dos quais a maioria estava voltada para a subsistência – produção de valores-de-uso -, enquanto uma menor parte para o mercado – produção de valores-de-troca.

Com a vinda dos imigrantes para a região, foram se estabelecendo não apenas agricultores e artesãos, mas também comerciantes que já possuíam algum capital na Europa. Como ressalta Vidor: “Existiam, entre os imigrantes, pessoas de origem urbana, exercendo antes, em seu país, funções ligadas ao comércio e à pequena indústria.”²⁸ Assim também destaca Giralda Seyferth no caso de Brusque:

27 MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, livro I, 1985, pp. 81-82.

28 VIDOR, Vilmar. *Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: FURB, 1995, p. 52.

Na área colonial, o transporte e o comércio constituíram-se em monopólio de um pequeno grupo de pessoas estabelecidas na vila de Brusque: os vendeiros, - isto é, os proprietários das casas comerciais, as *Kaufläden* (vendas) onde os colonos vendiam ou trocavam sua mercadoria por produtos trazidos das cidades que eram necessários a sua subsistência.²⁹

Os “vendeiros” como eram chamados, não eram apenas intermediários que realizavam a troca das mercadorias, mas constituíam-se em verdadeiros senhores da economia local, uma vez que eram proprietários de engenhos, serrarias, atafonas, exerciam o controle das vendas em pouco número, além de monopolizarem a função do crédito e da poupança em suas mãos, uma vez que como não existiam “bancos” propriamente ditos, os comerciantes realizavam as transações financeiras, realizando empréstimos, cobrando juros, “guardando” o dinheiro e produtos agrícolas. No caso de Blumenau, Rocha observa que:

No caso da colonização de Blumenau, observamos a função mediadora dos movimentos de troca locais atribuída aos comerciantes, que, neste sistema, respondiam pela centralização dos recursos monetários da comunidade. Nesse movimento de apropriação local, eles detinham a possibilidade de compra do produto primário a preço baixo e a contratação da força de trabalho para transformá-lo em mercadoria.³⁰

Sendo que para este autor, a produção da madeira, em seu processo de fabricação nas serrarias, adquire uma importância fundamental para a acumulação de capital nesse período. Uma vez que:

A venda da madeira para o mercado externo à colônia transformava em dinheiro a mercadoria primária, mas em seu retorno à economia local, o movimento de apropriação resultava em capital apenas para o comerciante. O trabalhador necessitava obter sua subsistência pela importação de certas mercadorias e permanecia preso à terra em função de sua dívida.³¹

É importante constatar, portanto, que a acumulação de capital proporcionada pelo comércio, constitui-se em apenas umas das vias pelas quais o comerciante realiza o seu progresso econômico. Como era relativamente difícil o transporte e a comunicação entre a colônia e outras vilas próximas, era preponderante o papel do capital mercantil nessa fase inicial de colonização: comprar os produtos agrícolas do

29 SEYTHERFH, Giralda, Op. Cit., p. 95.

30 ROCHA, Cleiton Junior P. *Blumenau – Acumulações Originárias* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2013, p. 26.

31 Idem, p. 26.

colono por um preço abaixo do mercado e vender mercadorias importadas necessárias a sua reprodução por um preço acima do mercado; a exportação de madeira de origem local com a utilização da força de trabalho dos colonos; controlar o crédito e a poupança, além de receber cerca de metade dos produtos produzidos nos engenhos e atafonas, constituiu, dessa forma, uma alavanca no processo de acumulação primitiva necessária ao posterior investimento industrial. Em síntese:

Resumindo a atividade comercial na área, podemos dizer que a venda combinava as funções de local de troca (mercado), local de estocagem de produtos agrícolas e o vendeiro concentrava ainda nas mãos um sistema de crédito e financiamento fundamentado na sua condição de intermediário que avoluma e transporta uma parte da produção camponesa que lhe é entregue em pequenas quantidades.³²

A transformação desses elementos que proporcionam uma acumulação de capital necessária historicamente para a industrialização modificou substancialmente a economia e as relações sociais que se estabeleciam até então entre laços de uma sociedade de pequenos produtores, onde a troca não era predominante e servia apenas como intermediária para conseguir aquilo que não se produzia dentro da sua própria propriedade. Com o desenvolvimento do mercado e a expansão da produção nas colônias, com o comércio adquirindo uma escala regional e até de exportação para algumas regiões, possibilitou uma acumulação de capital nas mãos de alguns comerciantes que tiveram a racionalidade para investir industrialmente. De acordo com Singer:

A resposta básica é que os blumenauenses – como os demais colonos da área – assentavam sua economia na pequena produção camponesa auto-suficiente, onde o que se transaciona é apenas o excedente. Ora, é óbvio que quase todos os colonos produziam o mesmo tipo de excedente, isto é, os mesmos valores-de-uso: açúcar, farinha de mandioca, arroz, laticínios, etc. Não é possível organizar trocas das mesmas utilidades. (...) O que faltava era uma genuína divisão do trabalho (...) Só haveria uma solução autêntica: estabelecer dentro da área colonial uma divisão do trabalho não mais baseada na equação: economia de subsistência-artesanato, mas na equação: economia de mercado-indústria. Tão logo as condições o permitiram, isto é, de 1880 em diante, esta solução foi aplicada (...).³³

32 SEYFERTH, Giralda. Op. Cit., p. 110.

33 SINGER, Paul. Op. Cit., p. 111.

A partir desse momento é que se pode realizar a transformação do capital mercantil em capital industrial³⁴: com o capital acumulado nas operações descritas acima – lucro comercial, lucro financeiro e lucro da renda (aluguel) dos engenhos -, foi possível o surgimento da indústria têxtil, que teve papel fundamental na formação sócio-econômica do vale do Itajaí.

O ano de 1880 marca, para Blumenau, a fundação da primeira indústria têxtil, a Gebruder Hering, e a emancipação da colônia em município. As transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes dessas mudanças foram mudanças qualitativas. Como destaca Simão:

Todavia, o que à primeira vista pode parecer coincidência é, na verdade, a comprovação do próprio desenvolvimento de uma colônia, que passou a ter maior complexidade social e a necessitar, conseqüentemente, de uma estrutura jurídico-política para garantir o atendimento dos interesses da classe que já apontava como socialmente hegemônica³⁵.

A partir de 1880, a economia do então emancipado município de Blumenau passou a ter uma “divisão do trabalho não mais baseada na equação: economia de subsistência-artesanato, mas na equação: economia de mercado-indústria.³⁶ A partir desse momento o processo de industrialização de Blumenau, para Singer, acontece por dois fatores inter-relacionados:

a) a inserção crescente da economia blumenauense no mercado nacional, isto é, numa divisão de trabalho inter-regional, que tem todo território do país por palco e cujo centro dinâmico se encontra no eixo Rio-São Paulo; b) a divisão de trabalho entre cidade e campo, que se dá em Blumenau, ensejando a formação de um mercado local para sua indústria.³⁷

34 O processo de transformação do capital mercantil (D – M – D+) para o capital industrial (D – M – D’) contém um elemento fundamental: no primeiro, o comerciante troca dinheiro por mercadoria para depois vendê-la no mercado por mais dinheiro; ou seja, o seu lucro constitui a diferença entre o preço que ele pagou pela mercadoria e o preço que a revendeu; no segundo caso, o capitalista industrial investe dinheiro em capital constante (máquinas, matérias-primas, instalações, etc.) e capital variável (trabalho assalariado). Durante o processo de produção o capital constante apenas repassa o seu valor para a mercadoria, não acrescentando nem uma gota de valor novo a ela. Por outro lado, o capital variável, o tempo de trabalho humano comprado pelo capitalista não cria somente o valor necessário para a sua reprodução (subsistência). O trabalhador acrescenta um valor novo à mercadoria, o valor excedente, que constitui a mais-valia apropriada pelo capitalista. BRAZ, Marcelo. NETTO, José P. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 92-93.

35 SIMÃO, V. M. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. In: *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. THEIS, I.M.; MATTEDI, M; TOMIO, F. (orgs). Cultura em Movimento, Editora daFurb, Blumenau 2000, p. 15.

36 Idem, p. 112.

37 SINGER, Paul. Op. Cit., p. 114.

Essa fundação da empresa é reconhecida por muitos pesquisadores como o marco do início da industrialização catarinense, pois em 1882 é fundada a empresa têxtil Karsten e em 1884 a Garcia. Além dessas do ramo têxtil, temos a Curtume Otto (1880), Tipografia Baumgarten (1880), Fundação Auerbach (1886). A história de fundação dessas empresas, de como foram adquiridos os primeiros teares e as dificuldades na fabricação nos primeiros anos é conhecida, e não é o nosso propósito repeti-la.

TABELA 3: FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS FÁBRICAS DO VALE DO ITAJAÍ

SETOR TÊXTIL	OUTROS SETORES
1880 – Hering (Blumenau)	1880 – Curtume Otte (Blumenau)
1882 – Karsten (Blumenau)	1880 – Tipografia Baugarten (Blumenau)
1884 – Garcia (Blumenau)	1886 – Fundação Auerbach (Blumenau)
1892 – Renaux (Brusque)	
1898 – Buettner (Brusque)	

Fonte: TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas.(2000) / SEYFERTH, Giralda. (1974).

O nosso interesse em tratar dessas empresas está na sua relação com o todo da sociedade do Vale, nas relações sociais que se estabeleceram a partir da industrialização como fenômeno histórico-social, e não individualmente. Qual era a situação econômica do município de Blumenau em suas duas últimas décadas do século XIX? No que tange ao comércio de exportação, os produtos são basicamente primários. “No período em questão (1883-1914), Blumenau exporta predominantemente produtos de subsistência e importa artigos manufaturados a maioria proveniente do estrangeiro.”³⁸

Em relação ao papel do mercado, podemos considerar um fator importante para a economia do vale do Itajaí: a crescente inserção da produção regional no mercado nacional “cujo centro dinâmico se encontra no eixo Rio-São Paulo”.³⁹ A economia brasileira, na segunda metade do século XIX, possuía um forte setor de subsistência ligado a regiões de exportação, que se beneficiava internamente da expansão do mercado externo⁴⁰. A expansão da produção colonial, e,

38 SINGER, Paul. Op. Cit., p. 114.

39 SINGER, Paul. Op. cit, p. 114.

40 FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982, 248p.

posteriormente industrial – têxtil – dependerá do crescimento da demanda por esses produtos no mercado interno e na possibilidade que esse mercado trazia para acumulação de capitais e o investimento em nova produção. A partir dos estudos realizados, constata-se que teve papel preponderante na fase de consolidação da indústria a inversão de capitais provenientes do comércio inter-regional.

**TABELA Nº 4: VALOR DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES REALIZADAS POR
BLUMENAU – PERÍODO 1863-1918**

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1863	13:000\$000	41:000\$000
1864	18:000\$000	45:000\$000
1865	31:000\$000	45:000\$000
1866	38:000\$000	39:500\$000
1867	55:000\$000	61:000\$000
1868	78:000\$000	98:000\$000
1869	143:000\$000	179:500\$000
1870	120:000\$000	162:000\$000
1871	132:000\$000	164:700\$000
1872	173:000\$000	175:074\$000
1873	202:000\$000	229:570\$000
1874	216:000\$000	292:478\$000
1875	252:000\$000	349:000\$000
1876	334:000\$000	386:000\$000
1877	383:000\$000	s.d
1878	396:000\$000	s.d
1879	485:000\$000	502:000\$000
1880	281:000\$000	338:000\$000
1881	389:000\$000	s.d
1899/1902	1.195:988\$000	1.888:066\$000
1903/1906	1.698:373\$000	2.514:496\$000
1907/1910	2.396:209\$000	3.708:512\$000
1911/1914	2.782:915\$000	1.517:626\$000
1915/1918	4.144:029\$000	1.738:510\$000

Fonte: VIDOR, Vilmar. (1995)

A balança comercial, nesse período era deficitária pelo que indica a tabela de exportação-importação em cerca de 50%. Somente depois de 1914, com a 1ª Guerra, é que a economia vai apresentar um superávit comercial. Obviamente quem lucrava com esse comércio, a nível local, eram os vendeiros comerciantes, que passam a acumular capital.

A instalação da indústria têxtil em Brusque, a partir de 1892, com a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, teve como fatores de êxito outros dois elementos: a presença de mão-de-obra especializada – com a vinda de mestres artesãos em 1889 da região de Lodz, na Polônia, onde já trabalhavam em fábricas de têxtil e vieram por causa da crise que desempregou muitos operários⁴¹; e também o aumento da demanda do mercado interno, que crescia rapidamente devido ao aumento populacional das colônias e da possibilidade de exportação para outras regiões próximas.

Além disso, podemos ainda destacar um fator preponderante que garantiu uma mão-de-obra disponível para trabalhar nas fábricas: o esgotamento dos lotes coloniais que estavam sendo parcelados em virtude de uma nova geração de filhos dos agricultores que cresceram e precisavam da terra. Como os primeiros lotes da região possuíam entre 25 e 30 hectares, e as famílias na época eram numerosas, sendo a maioria acima de dez filhos, não restava alternativa para o camponês do que trabalhar nas incipientes fábricas de têxtil que estavam se instalando na região. Mesmo que permanecessem cultivando algumas culturas em suas pequenas propriedades, eram obrigados a trabalhar nas fábricas para complementar a renda da família, caso contrário, seria impossível sobreviver apenas com a produção agrícola, tendo lotes de terra tão pequenos. Surge nesse momento, a categoria *colono-operário*⁴² que caracterizou grande parte da população dessa região.

Os colonos, mesmo trabalhando nas fábricas, não abandonaram totalmente a exploração da sua propriedade agrícola. Da mesma forma que antes dedicavam uma parte do seu tempo às atividades acessórias, no início da industrialização eles encararam o trabalho na fábrica como uma complementação daquilo que obtinham com suas lavouras [...] Assim, o *colono-operário* não abandonava sua casa para ir residir próximo à fábrica onde trabalhava: preferia o deslocamento diário de até quilômetros. Mantinha-se como *Pendler*, só que agora permanece fora da propriedade por algumas horas,

41 SEYFERTH, Giralda. Op cit. p. 126.

42 SEYFERTH, Giralda. Op cit, p. 138.

enquanto que antes a demora era de dois a três meses por ano, conforme o trabalho.⁴³

Esta característica das relações de trabalho em Brusque também surge em Blumenau, no início do século XX, quando: “(...) muito embora nas áreas urbanas e subordinadas a influência da presença da indústria alterasse o tempo ocupado nos trabalhos agrícolas, foi precisamente aí que o agricultor passou a consorciar suas atividades como operário na indústria e como proprietário no seu lote, fazendo o fornecimento de leite para as fábricas de laticínios e de aipim para as feculares.”⁴⁴

Esse processo de proletarização dos trabalhadores do Vale do Itajaí é fundamental para compreender a industrialização, que pelo constata os dados contábeis levantados por Hering⁴⁵, esta teve um crescimento vertiginoso durante esse período.

Podemos afirmar que, principalmente, pela exploração da força de trabalho. Com a contratação de trabalhadores imigrantes, recém-chegados da Europa, alemães, italianos, e também de luso-brasileiros, migrantes interno de regiões próximas, foi possível a indústria de Blumenau e Brusque crescer e se consolidar no mercado, e atingir elevados patamares de produção. Com isso, concordamos que:

Se é, historicamente, comprovado o fato de que a indústria, em Blumenau e região, pôde se desenvolver com base na força de trabalho disponível (imigrante em quase sua totalidade), então se pode afirmar que este desenvolvimento repousou num **processo de exploração**. Dito em outras palavras: na época em questão, a acumulação de capital era acelerada, e o era em face da dramaticamente elevada expropriação de trabalho dos primeiros colonos europeus que se dirigiam a Blumenau. A possibilidade de industrialização e da posterior inserção da economia regional no mercado interno nacional resultou da disponibilidade de força de trabalho, uma força de trabalho qualificada que, por salários reduzidos, propiciou a referida aceleração no ritmo de reprodução do capital local.⁴⁶

43 SEYFERTH, Giralda. Op cit, p. 138.

44 JAMUNDÁ T. C., apud VIDOR, Vilmar. *Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: FURB, 1992, p. 40.

45 De acordo com a autora a empresa Gebruder Hering, “o período de 1892 a 1905, de acordo com os balanços da firma, representou um crescimento médio anual de 27,3% nos investimentos em maquinaria. Em 1892 iniciou-se o projeto de construção de novas instalações, com a compra de terreno em local mais retirado do centro (...). Em 1897 completou-se a mudança da empresa para sua sede definitiva, representando os investimentos em imóveis, no período considerado entre 1892 e 1905, o crescimento médio anual de 20%.” HERING, Maria L. R. Op. Cit., p. 97.

46 THEIS, Ivo M. *O processo de Acumulação em Blumenau: uma Interpretação Crítica*. In: THEIS, I.M.; MATTEDI, M; TOMIO, F. (orgs). *Cultura em Movimento*, Editora daFurb, Blumenau 2000, p. 15.

Esse processo é verificado no depoimento de Augusto Sievert de 1960, na sua vida de trabalho como colono e operário aos 28 anos, provavelmente entre os anos de 1894-1899:

Nesses cinco anos de trabalho na roça, prosperei bem. Mas, tanto eu, como minha esposa, tivemos que trabalhar arduamente. Possuíamos muitas vacas, porcos e galinhas. Vendi muitos leitões em Blumenau, a 8 cruzeiros cada um. Além dos trabalhos na roça, eu ainda trabalhava, durante seis meses cada ano, na Companhia Salinger, selecionando folhas de tabaco para serem enfardadas e exportadas. E, durante esses meses, minha mulher ficava sozinha na colônia, com nossos dois filhos, Walter e Willy, auxiliada, apenas, por uma empregadinha de 12 anos. Nos sábados, eu deixava a Companhia Salinger às 5 horas da tarde e, a pé, ia para casa, onde chegava altas horas da noite. E, aos domingos, durante o dia todo, cuidava dos serviços mais pesados, como cortar lenha, buscar trato para as vacas etc. a fim de que minha mulher não precisasse fazê-los durante a semana. E para aproveitar bem o tempo, não fazia nem mesmo minha sesta costumeira, depois do almoço. Nos domingos à noite, ou pelas 3 horas da madrugada de segunda-feira, punha-me a caminho, para o serviço da fábrica, onde deveria estar às 6 da manhã. Foi uma época duríssima, que por preço algum eu reviveria.⁴⁷

O depoimento de Sievert demonstra que a carga de trabalho durante esses anos era sobrepajada pelo trabalho na fábrica junto com o trabalho agrícola, ou seja, uma dupla jornada de trabalho. O trabalho das mulheres, no início da indústria, não se restringia à reprodução, ou seja, aos afazeres considerados domésticos⁴⁸, mas variavam entre o trabalho na roça e em casa, como vemos no depoimento de Sievert, ou então nas fábricas, junto com os maridos. Desse modo: “(...) praticamente todo o trabalho agrícola ficava a cargo da mulher e filhos pequenos, enquanto os homens adultos assalariavam-se em fábricas, em outras propriedades rurais, em serviços como medições de terra e construção de estradas”⁴⁹.

Na medida em que o crescimento industrial se ampliava, ampliavam-se também os operários que trabalhavam nas fábricas e, ao mesmo tempo, no seu lote colonial. A maior parte da mão-de-obra contratada na indústria têxtil, nesse período, constituía-se do trabalho feminino. Segundo Wolff a explicação para isso era que: “a costura, a tecelagem e mesmo a fiação artesanais eram tradicionalmente, enquanto

47 Um Veterano depõe. *Revista Blumenau em Cadernos*. Fundação Cultural de Blumenau. Tomo III, abril de 1960, nº 4, p. 67-68.

48 WOLFF, Cristina S. Mulher alemã, mulher trabalhadeira. *Blumenau: Blumenau em Cadernos*, Tomo XLV, nº 09/10, Setembro/Outubro, 2004, p. 75.

49 Idem, p. 81.

produção caseira, tarefas femininas” e, além disso, “outra possibilidade (...) é que também “tradicionalmente” as mulheres ganhavam salários mais baixos que os homens, pois seu salário não era considerado como o principal para o sustento da família.”⁵⁰.

Sobre a jornada de trabalho, analisada por Hering em seu livro, a autora constata através de depoimentos que:

O horário de serviço, no tempo que ainda não havia qualquer legislação reguladora, era determinado pelas exigências da produção. Em média convencionou-se estabelecê-lo, como nos demais centros industriais do país, em dez horas diárias; das 6 às 18 horas, quando havia somente um turno, e das 18 às 06 horas, com dois turnos. Quando aumentavam os pedidos para a compra de tecidos, chegava-se a trabalhar de 15 a 16 horas diárias”.⁵¹

Na verdade, com o horário de almoço (que não é contado para fins da empresa, mas que é um período que o trabalhador deve ficar no seu local de trabalho), soma-se 12 horas diárias em média, contando o sábado como dia de trabalho, a média da jornada de trabalho semanal era em torno de 72 horas.⁵² Desse modo, muitos dos operários que permaneciam na fábrica em média 12 horas diária, ainda trabalhavam na lavoura, como trabalho acessório e complemento dos baixos salários que ganhavam na produção. Com isso, a utilização desta mão-de-obra barata possibilitou baixos custos de produção para a nascente indústria têxtil do Vale do Itajaí.⁵³

Paralelo ao trabalho na fábrica, o operário ainda trabalhava na lavoura, produzindo para o auto-consumo, como forma de complementar a renda doméstica, uma vez que o salário era insuficiente para manutenção da família. “Durante a semana, a rotina dividia-se entre trabalho na fábrica e o plantio na roça. A folga dos domingos era dedicada à missa (...)”⁵⁴ A composição social desses trabalhadores era diversa, sendo constante o trabalho masculino, o trabalho feminino e infantil. “Desde a sua fundação, a fábrica passou a contratar, indiscriminadamente, trabalho masculino, feminino e infantil.”⁵⁵

50 Ibidem, p. 83.

51 HERING, Maria L. R. *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987, p. 160-161.

52 Idem.

53 WOLFF, Cristina S. Op. Cit., p. 83.

54 HERING, Maria L. R., Op. Cit. p. 156.

55 Idem, p. 161.

Desse modo, vimos que a acumulação de capital e a formação da economia de mercado no final do século XIX apresentaram uma mudança significativa nas relações sociais de produção que se formavam no Vale do Itajaí. À medida que a industrialização se tornava um processo regular, absorvia grande parte da mão-de-obra local, uma classe que se tornava cada vez mais separada de seus meios de produção, dependendo, portanto, do emprego nas fábricas e no comércio das vendas. Por outro lado, uma classe composta por industriais e comerciantes se tornava socialmente hegemônica na produção e que buscava uma hegemonia também no plano ideológico e cultural, o que implica uma visão de mundo que pretende ser apresentada como de toda a sociedade.

SEGUNDO CAPÍTULO: A INDÚSTRIA DO VALE DO ITAJAÍ ENTRE O CAPITAL ALEMÃO E A PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA

2.1 – Os interesses Alemães na província de Santa Catarina

No estudo da industrialização de Blumenau, grande parte dos autores parte do fenômeno da emigração da metade do século XIX – que segundo um importante historiador foi “o começo da maior migração de povos na História”⁵⁶ -, uma vez que a grande emigração europeia do século XIX está intimamente articulada à industrialização. Como afirmou Machado: “A grande emigração europeia durante o século XIX foi, principalmente, consequência das transformações agrárias processadas pelo capitalismo. O campo tornou-se expulsor de pessoas em todos os países europeus em épocas distintas, com períodos de duração diferenciados”.⁵⁷

Os motivos que levaram milhões de alemães a emigrar foram semelhantes aos que levaram outros povos – italianos, poloneses, irlandeses – que foram marginalizados pelo processo de industrialização na Europa. Com isso:

A Revolução Industrial se deu na Alemanha com atraso, mas com redobrada intensidade. As ondas imigratórias de antes de 1880 foram fruto da ausência de desenvolvimento. Emigravam filhos de camponeses, cujas propriedades tinham atingido a condição de minifúndio, e não poderiam mais ser divididas; artesãos, incapazes de encontrar ocupação nos estreitos mercados locais. Com o desenvolvimento da grande indústria no último quartel do século, o novo modo de produção fez surgir um excedente populacional diferente: artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes empresas; proletários lançados ao desemprego pelas crises de conjuntura; camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola.⁵⁸

Desse modo, pode-se dividir a emigração alemã em duas fases: antes de 1880, marcada principalmente por uma “ausência” de desenvolvimento, em que as crises agrícolas de subprodução fomentam tal emigração aliada à crise política marcada pela unificação realizada na sétima década do século XIX, com a supremacia da Prússia imposta por Bismarck; após 1880, em que o surgimento da indústria na Alemanha passa a absorver parte do exército industrial de reserva.

56 HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 295.

57 MACHADO, Paulo P. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999, pp. 44-47.

58 SINGER, Paul. Op. Cit., 1977, p. 87.

Segundo dados de Singer, a emigração alemã para Blumenau teria representado, em relação ao Brasil 26,5% nos anos sessenta, 16% nos anos setenta, 6,6% na década de oitenta e 14,1% na última década do século⁵⁹. Com o alvorecer do século XX, a Alemanha surge como uma das principais potências imperialistas do mundo.

No estudo dos relatos de viagem produzidas nas duas últimas décadas do século XIX, encontramos o livro de Hugo Zoeller, publicado em 1882, *Os alemães na floresta brasileira*. O autor foi encarregado pelo proprietário do jornal “Koelnischer Zeitung” a viajar pelas colônias de imigração alemã no Brasil para narrar as suas impressões.

Nesta época havia ligação regular para a América do Sul através de vapores alemães que faziam a travessia pelo atlântico. Esteve em Blumenau e Dona Francisca por volta de 1880, época em que Blumenau sofreu uma grande enchente, que nas palavras do viajante “assolou Blumenau e todo o Vale do Itajaí, assoriou de forma tal o leito que atualmente somente navios com um calado de 6 pés podiam passar a barra”.⁶⁰

Na sua viagem, teve que esperar três dias em Itajaí, aguardando o vapor para viajar a Blumenau. Sobre os acontecimentos no porto de Itajaí, o autor assim relata: “No Porto, entre os trabalhadores que carregavam e descarregavam os navios, encontram-se brasileiros, alemães e negros, numa mistura colorida; e quando menciono que só encontravam no Porto dois navios de bandeira alemã, creio ter relatado tudo”.⁶¹

Na viagem para Blumenau, ao longo do rio Itajaí, o autor relata que “a terra em ambas as margens, até os limites da Colônia, é esparsamente povoada e pertence a alguns latifundiários que pouco se dedicam às suas terras e não evitam o povoamento de gente inútil.”⁶² Quem seriam essa gente “inútil” a que o viajante se refere? Pode-se deduzir que seriam brasileiros, populações ribeirinhas, que viviam há muito tempo na região do rio Itajaí-açú. Segundo o viajante:

Todos os ranchos de madeira que de vez em quando se vê nas margens, não têm o menor direito sobre as terras que ocupam, mas

59 SINGER, Paul., Op. Cit., p. 92.

60 ZOELLER, Hugo. Os alemães na floresta brasileira. *Revista Blumenau em Cadernos*. Fundação Cultural de Blumenau, vol. 5, p. 139, 1990.

61 Idem.

62 Idem.

nem o Imperador tem condições de removê-los. Esta gente vegeta com o que uma pequena parcela de terra produz sem muito esforço duma maneira indigna a um ser humano. É flagrante como o brasileiro pode viver duma maneira bem mais modesta do que o alemão.⁶³

A visão de mundo de quem fala a respeito da população local, trás como pressuposto a relação à postura do civilizado diante de uma população atrasada, como já nos referimos na literatura de viagem analisada por Miriam M. Leite.

Já na colônia Blumenau, que é passada a condição de município em 26 de abril de 1880, o autor nos informa que a população é de 14.981 pessoas, das quais: 12.563 alemães e austríacos, 947 italianos e 1.467 brasileiros e em todo o Vale do Itajaí-Açú de 19.000 pessoas.⁶⁴ A respeito da relação entre essas etnias, o viajante relata que:

Entre os colonos, os alemães nórdicos nominalmente os da Pomerânia e Mecklenburg são considerados como os mais capazes; e os menos capazes os provenientes de Baden, da região do Reno; e os tirolezes também e **há consenso que os italianos são os menos afeitos ao trabalho e os menos persistentes. Tudo isso constatei e posso confirmar.** Os pomeranos e meckleburg, em 6 ou 7 anos após o primeiro rústico rancho de palmito, têm moradias bonitas e limpas de enxaimel e vi italianos radicados na terra por muitos anos convivendo com crianças e suínos no mesmo recinto.⁶⁵

A relação entre os colonos de diferentes nacionalidades é comparada através da capacidade de trabalho, da relação de superioridade e inferioridade, e a habitação dos moradores é utilizada como parâmetro de comparação. Podemos auferir que na literatura de viagem desse período, o trabalho atua como importante regulador social na relação estabelecida entre as diferentes etnias. Sobre os interesses dos colonos, de seu cotidiano, o autor afirma que:

É interessante penetrar nos interesses dos colonos: gira em torno dos porcos, bezerros, vacas, cavalos e carroças. Têm muito apego ao dinheiro e somente os sacerdotes conseguem seus intentos, ameaçando-os com purgatório. (...) Empregados, por exemplo, são uma raridade. (Em Santa Catarina paga-se o menor salário mensal 6.000 mil réis: 12 marcos).⁶⁶

63 Ibidem, p. 141.

64 Ibidem, p. 141.

65 Ibidem, p. 144.

66 Ibidem, p. 144.

Notamos na narrativa de Zoeller certo desprezo pelos “interesses dos colonos” que é basicamente o interesse rural, no mundo agrícola, a vida rural. Ressalta-se que a existência de empregados, trabalhadores assalariados, ainda não é generalizada, devido segundo o autor ao mau salário pago pelos patrões. É de se analisar que as indústrias em Blumenau ainda encontram-se, em 1880, em fase inicial de instalação, e que a maior parte das atividades econômicas ainda são primárias. Sobre essas indústrias, o autor descreve que:

Concernentes ao desenvolvimento industrial de Blumenau quero mencionar que não existem monjolos para socar milho (como usam na Colônia D. Francisca), mas, um número considerável de rodas d'água que observei em várias serrarias; que Blumenau fornece charutos e cigarros e que existem nada menos que 9 cervejarias trabalhando em ritmo semanal.⁶⁷

De acordo com os dados que temos hoje sobre a industrialização de Blumenau, e os dados apresentados pelo viajante, vemos que as duas últimas décadas do século XIX são de início da atividade industrial, sendo que a maioria da população trabalhava na lavoura. A recente atividade têxtil nem é mencionada, talvez pela sua pouca expressão. Em relação à emigração para o sul do Brasil e as expectativas dos emigrantes na sua futura pátria o autor afirma que:

A cada emigrante recomendo, três vezes, a ficar em casa. Se não pode ou não quer, digo-lhe: Enquanto não possuímos uma Colônia sob a bandeira alemã, enquanto tivermos que pisar em solo estranho, a América do Sul em especial, as províncias sul brasileiras, Rio Grande do Sul e Santa Catarina em particular, oferecem condições melhores para o progresso do que os EUA e bem melhores que a Austrália ou outro país que conheço. Precisamos almejar, em primeiro lugar, colônias alemãs sob a bandeira alemã que multiplicariam a glória, a grandeza do nosso nobre povo, nossa gloriosa pátria. (...) A suposição que emigrar é um meio rápido para o acúmulo de riqueza e uma vida mais cômoda que na Alemanha, é uma loucura. Com trabalho mais pesado do que qualquer tempo na Alemanha, se tem uma perspectiva maior para uma posição abastada; é tudo o que o imigrante pode esperar em colônias estrangeiras. (...) Nas colônias é grande o número de decepcionados, amargurados, misantropos da velha guarda que lutou e está para morrer, sem o merecido fruto do seu árduo trabalho, persistência, desprendimento, sem alcançar o seu objetivo.⁶⁸

Notamos na narrativa de Zoeller que, embora tenha como objetivo escrever

67 Ibidem, p. 144.

68 Ibidem, p. 148.

para os seus compatriotas sobre as perspectivas de emigração, não é escondido em seu discurso as dificuldades que os colonos encontram nos primeiros anos de colonização que devem ser enfrentadas com o “trabalho pesado”. Aliás, para enfrentar esse trabalho o autor recomenda:

O sul do Brasil é um campo propício para imigrantes agricultores e trabalhadores de fábrica que se acostumam ao trabalho do campo, sendo que no momento só pode absorver um pequeno número de imigrantes com alto nível cultural; estes teriam encontrado um campo propício nas Ilhas do Sul se estas tivessem se tornado um entreposto colonial alemão. Quem cogita imigrar para o sul do Brasil não deve cogitar em trabalho assalariado, porque raramente leva sucesso.⁶⁹

Mais uma vez a preocupação revelada pelo autor de que o trabalho fora da agricultura não era importante, sendo de pouca relevância no início da década de 1880. Aos trabalhadores fabris da Europa, o autor ressalta que se dariam bem, desde que se acostumassem ao trabalho no campo. Destaca que as províncias do Sul do Brasil são as mais aconselháveis para esse projeto e que: “O Brasil, de um modo geral, não é mais fértil do que a Europa. Seria pecado dizer que o país, como Deus o fez, traria em si perspectivas para um bom desenvolvimento se não dominasse na maior parte do país a preguiça, em lugar de um povo trabalhador.”⁷⁰

A questão do trabalho, da evocação do sentimento germânico e dos laços que unem o povo alemão em torno do trabalho, da eficiência, são componentes fundamentais para manutenção de uma ideologia étnica que recebeu no sul do Brasil o nome de *Deutschbrasilianertum* (teuto-brasilidade), e a circulação de pessoas entre Blumenau e a Alemanha, registrada na literatura de viagem, contribuiu para a expansão dessa ideologia. Conforme Seyferth:

A notoriedade do Vale do Itajaí como lugar de “colonização alemã” deve-se, em grande parte, à atuação de Hermann Blumenau e aos viajantes e outros personagens – aí incluídos os imigrantes “temporários” que retornaram, caso dos Stutzer – que ajudaram a criar a imagem de um lugar balizado pelos valores da germanidade (Deutschtum).⁷¹

A autora citada, que estudou esse período nos jornais dos municípios do Vale do Itajaí, refere-se a uma ideologia étnica teuto-brasileira como idealização do “trabalho alemão”, procurando marcar uma diferença, considerada fundamental,

69 Ibidem, p. 154.

70 Ibidem, p. 148.

71 SEYFERTH, Giralda. Op. Cit., p. 50.

entre os membros do grupo e os que não pertencem a ele.⁷² Essa referência ao trabalho alemão como superior é destacado pela autora como forma de marcar diferenciação do teuto-brasileiro, especialmente no confronto com o “caboclo brasileiro”.⁷³

É importante considerar que essa ideologia étnica “foi concebida e transmitida por intelectuais de origem alemã, a partir de uma época em que as relações interétnicas nas áreas conhecidas como de colonização alemã atingiram um período crítico: o final do século XIX”⁷⁴, e fazem parte de um esforço para educação do povo alemão a partir de valores compartilhados, pelo nacionalismo, pela diferenciação em relação a outros povos.

Assim, a “teuto-brasilidade” é um termo derivado do *Deutschum*, cujo significado mais próximo é “germanidade”, e incorpora uma ideologia nacional alemã formulada no início do século XIX, e radicalizada, mais tarde, pelos pangermanistas da *All deutsch Verband* e pelos nazistas.⁷⁵ Na análise dos relatos dos viajantes que procuramos estudar, essa ideologia se encontra presente, no período do final do século XIX e é compartilhada por um segmento da sociedade que pretende garantir a hegemonia nas relações comerciais e políticas. No conselho dado para os emigrantes que conquistem a cidadania brasileira, Hugo Zoeller afirma que:

É imprescindível que os **teuto-brasileiros** se “naturalizem” tornando-se cidadãos brasileiros a fim de preservar sua cultura e posição. Iguamente é desejável uma representação crescente nas Câmaras municipais e Assembléias Estaduais. (...) A propósito, em fevereiro de 1882 foi eleito pela primeira vez o comerciante Leppert, de Joinville. **Um terço das importações da Província de Santa Catarina é de origem alemã** e refuta de maneira flagrante o conceito de que uma crescente imigração, aumenta a exportação e seria bem maior se os portos naturais que servem às colônias alemãs, tivessem uma Alfândega para a liberação dos produtos importados. (...) As importações consistem principalmente em tecidos de lã e algodão, armarinhos, porcelana, louça, máquinas, instrumentos musicais, utensílios agrícolas, sal, ferro, artigos de ferro, vinho, farinha de trigo, cerveja, drogas, carne-seca, etc.⁷⁶

Desse modo, o viajante considera importante a naturalização dos teuto-brasileiros, de forma que possam, mais do que manter sua cultura, participar cada

72 SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, nº 37, 1982, p. 1.

73 Idem.

74 Idem, p. 3.

75 Idem, p. 3.

76 ZOELLER, Hugo. Op. Cit., p. 153. (grifos meus).

vez mais dos espaços políticos do Estado, nas câmaras municipais e Assembleia Legislativa. A expansão da atuação política representou, sobretudo, interesses de uma classe comercial e industrial local que iniciava sua luta pela hegemonia dentro do Estado.

Em finais do século XIX, embora a emigração para a América não apresentasse o mesmo ritmo que em decênios anteriores, “representantes burgueses da opinião pública, empresários e políticos alemães no final do século 19 continuavam interessados em influenciarem o rumo de tal imigração”⁷⁷. Tal interesse repousava, sobretudo, no potencial mercado consumidor que o Brasil representaria para as indústrias alemãs, uma vez que o comércio com os E.U.A diminuía consideravelmente devido às políticas protecionistas adotadas pelo governo norte-americano.

O crescimento do comércio com o Brasil produziu, nesse período, uma circulação de mercadorias e capitais, que redundou na ampla divulgação da emigração como de interesse “geral do povo alemão”. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, estimava-se que estavam vivendo cerca de 200 mil pessoas de língua alemã no sul do Brasil, sendo 80 mil em Santa Catarina, o que representava cerca de 20% da população do Estado.⁷⁸ Desse modo: “Entusiastas pela fundação de colônias agrárias alemães nestes estados, estavam tentando convencer o público, através de inúmeros artigos nos periódicos da época, destinados à discussão de problemas migratórios”⁷⁹

Na virada do século XIX e início do século XX podemos notar uma série de publicações, sendo um dos objetivos, o de comemorar o cinquentenário da fundação de Blumenau. Ocorre neste momento uma “grande festa para comemorar os 50 anos da fundação de Blumenau. Esta inscrição recorreu visivelmente a estratégias já antigas: a “festa”, como forma de reatualizar o passado; o “livro”, através de uma história escrita, como forma de produzir um passado comum ao grupo; o “monumento”, como forma de criar na paisagem o respeito às autoridades do passado (sempre representificados através de uma continuidade que as une com as autoridades do presente).”⁸⁰

77 RICHTER, Klaus. *A sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992, p. 13.

78 Idem.

79 Idem, p. 14.

80 SOLOMON, Marlon. *As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do*

Com isso, teremos na virada do século XIX para o século XX, um momento importante para a sociedade blumenauense e de todo Vale, uma vez que diversas ações são concretizadas com o objetivo de criar uma história local e regional.

Na análise dessa literatura de viagem da virada do século XIX para o século XX, encontramos a obra de Robert Gernhard, *Dona Francisca, Hansa und Blumenau*, escrita em 1900 e publicada em 1901 na Alemanha. O autor, ex-redator do jornal “Reform” (Joinville), como tantos outros viajantes alemães que estiveram em Santa Catarina, percorreu as regiões de colonização germânica. As impressões desta viagem resultaram em um livro comemorativo do cinquentenário de Blumenau. O autor inicia seu livro afirmando seu propósito com a publicação:

A intenção deste livro é despertar na pátria alemã um caloroso interesse pelos nossos compatriotas, pioneiros da cultura alemã no sul do Brasil. A sua publicação é uma questão de honra, em virtude da minha convicção do interesse do **governo, povo e comércio** alemão em relação ao Sul do Brasil. (...) Os milhares de imigrantes alemães que procuram uma nova pátria encontram no Brasil espaço onde podem **preservar a sua cultura**, e uma permanência segura e com **suor, trabalho e assiduidade** chegaram à prosperidade relativamente em curto espaço de tempo.⁸¹

Notamos na narrativa do autor o interesse em estabelecer uma relação entre a Alemanha e o sul do Brasil, onde imigrantes “pioneiros” portadores da cultura alemã se estabeleceram. Além da intenção do autor em salientar a prosperidade das colônias em seu cinquentenário como forma de incentivar a emigração, percebemos em seu discurso o entrelaçamento de três componentes: o governo, o povo e o comércio alemão.

Isso reforça mais uma vez que o projeto de colonização do sul do Brasil representava para Alemanha, sobretudo, um poderoso mercado consumidor que, em poucas décadas, importaria manufaturas e máquinas do país de origem. Robert Gernhard estava preocupado em despertar o interesse do governo e do povo alemão na emigração para o sul do Brasil, uma vez que essa atingira seu auge na década de 80 e estava em declínio na última década do século XIX, como descreve:

Na Alemanha, entre 1870-1880, dominava o trabalho agrícola e o excedente de mão de obra elevou o número de imigrantes. Com o

Itajaí. Florianópolis: editora da UFSC, 2002, p. 78.

81 GENHARD, Robert. Impressões de viajantes. O Município de Blumenau (1900). *Revista Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXIX, nº 11/12, novembro/dezembro de 1998, p. 48. (grifos meus).

aumento da indústria e do comércio, ocorreu na última década uma metamorfose. Hoje a Alemanha é um país de sub-população. A prosperidade é ascendente e por isso não há motivação física ou espiritual para uma imigração em grande escala “⁸²

Apesar de sua enfática argumentação favorável à emigração alemã, o autor se contradiz, pois afirma que “nossa intenção não é de fazer propaganda imigratória, porém fazer relatos simples, verídicos e precisos para familiarizar o povo alemão sobre regiões que no futuro possam oferecer condições de viver, conservar seus usos e costumes, conseguir sua propriedade e com trabalho assíduo adquirir certa prosperidade” ⁸³.

Como é comum na literatura de viagem, o autor afirma que se trata de relatos verídicos, factíveis, para que possam convencer o leitor da sua argumentação, como na introdução do seu livro: “Meu livro, inicia tua caminhada pelo mundo! Divulga em tuas páginas, ao povo alemão as numerosas narrações verídicas, o **espírito empreendedor** e o **trabalho pesado**, que ao longo de cinco décadas foi criado na distante Santa Catarina.”⁸⁴

O reforço da ideia de “espírito empreendedor” e do “trabalho pesado” é desse modo, evocado como verdadeiro e portador de um discurso “verídico”, parte de uma experiência que fora vivenciada pelo autor em sua estadia em Blumenau alguns anos antes.

A construção social dessa ideologia faz parte dos interesses capitalistas alemães, da expansão imperialista do final do século XIX, e da disputa pelos mercados com outros países, como os Estados Unidos. Podemos notar na narrativa de Gernhard a preocupação com a crescente disputa imperialista por mercados consumidores e a posição da Alemanha nessa disputa:

O sul do Brasil é um campo ideal para a aplicação de capital e as experiências comprovam que viagens de recreio para o além-mar, culminaram em investimentos de capital. Os capitalistas americanos estão se mobilizando com a habilidade e energia que lhes são características, no sentido de aplicar no sul do Brasil, adquirindo enormes áreas aptas para a colonização, e obtendo concessões de ferrovias e minérios, etc. A Alemanha deveria seguir o exemplo, fazendo uso de uma expressão popular: “O norte-americano nunca afia sua ferramenta sem água”. Ainda está em tempo para a **Alemanha antecipar-se aos norte-americanos**. A grande

82 Ibidem, p. 49.

83 Ibidem, p. 49.

84 Ibidem, p. 51. (grifos meus).

população de língua alemã no sul do Brasil aceitará com facilidade o capital alemão e formará aqui uma base de expansão para todo o Brasil. A marcha vitoriosa poderia partir do sul para todo o país.⁸⁵

Visualizamos no desenvolvimento do livro de viagem de Robert Genhard, portanto, o encadeamento entre a germânicidade, como sentimento nacional alemão, a superioridade do trabalho, e o interesse imperialista em expansão, o que reflete uma ideologia que fazia parte do esforço de convencimento tanto dos emigrantes que saíam da Alemanha em direção ao sul do Brasil, quanto dos próprios colonos que já habitavam e trabalhavam nos municípios do Vale do Itajaí, que deveriam “aceitar com facilidade o capital alemão”. Como destaca Wolff, a respeito dessa idéia de “superioridade do trabalho” do teuto-brasileiro:

A pretensa “capacidade superior de trabalho” dos teuto-brasileiros era um fator muito forte de identificação deste grupo e de diferenciação frente a outros grupos étnicos na região do Vale do Itajaí. Esta valorização do trabalho como elemento de identidade étnica não surge do nada: desde o século XVIII vinham sendo feitos esforços educacionais, na própria Alemanha, no sentido de se impor à população do campo e da cidade um sistema de “virtudes burguesas”.⁸⁶

A relação entre identidade étnica e progresso econômico é evocada, portanto, em vários relatos da época e dão uma clara ideia de superioridade econômica, que se reveste de um elemento étnico germânico. O discurso do trabalhador incansável, pelo viajante em seu livro, é reforçado como aspecto positivo como um modelo de conduta a ser valorizado: “Nas casas dos colonos encontramos gente satisfeita. Ex-jardineiros, criados, pessoas com mãos fortes e calejadas se dão bem aqui.”⁸⁷ A metáfora sobre as mãos “fortes e calejadas” se refere, portanto, ao trabalhador exemplar, que cultivam a ética do trabalho pesado. Desse modo:

A superioridade do trabalho alemão fica, pois, vinculada à “particularidade, ao “caráter” e à “herança cultural” do povo alemão, trazidas e mantidas pelos imigrantes – e as quais estes devem seu “êxito econômico”, sua “força vital” (...) Neste nível de discussão, a categoria “(luso) brasileiro” é definida negativamente e em oposição à categoria teuto-brasileiro – tendo como ponto de referência comparativo o “trabalho alemão”.⁸⁸

85 Ibidem, p. 51. (grifos meus).

86 WOLFF, Cristina S. Op. Cit., p. 89.

87 GENHARD, Robert. Op. Cit., p. 54.

88 SEYFERTH, Giralda. Op. Cit., p. 14.

O autor também faz diferenciação em relação aos homens e mulheres: “Os homens sempre encontram compensação quando têm sucesso no seu árduo trabalho; mas as mulheres dificilmente se acostumam com a vida na colônia. São consumidas pela saudade da velha pátria, e freqüentemente levam uma vida deprimida até a morte.”⁸⁹ Segue-se, ainda, que:

Do espírito criador germânico nos maravilhosos povoamentos de Dona Francisca e Blumenau, se incorporaram ao suor alemão: a assiduidade, a inteligência, a fidelidade alemã, que no decorrer de centenas de anos protegem e facultam a vitória e lembrará em bons e maus dias a origem dos fundadores.⁹⁰

Percebemos, também, que a propaganda de emigração e de investimentos financeiros no vale do Itajaí resultou em negócios de exportação e importação, uma vez que os comerciantes locais se beneficiaram dessa relação.

Em relação à vida econômica do município, o viajante faz referência aos principais produtos de exportação: “Blumenau exportou em 1897: 400.000 kg de manteiga; 27.000 kg de banha; 50.000 kg de fumo; 1.000.000 kg de açúcar; 8.000.000 kg de charutos/ 13.000 galináceos; 2.700 kg de couro de boi; 15.000 dúzias de tábuas; 30.000 dúzias de ovos; 200.000 litros de cachaça; 8.000 sacas de feijão preto e 90.000 litros de farinha”⁹¹. Notamos através desses dados que Blumenau é, ainda, em finais do século XIX, um município que exporta principalmente produtos primários e semi-industrializados, ao passo que importa máquinas e capitais. O autor prevê até mesmo um futuro promissor para a indústria alemã nos seus negócios com o sul do Brasil, uma vez que:

A produção de manteiga tem futuro promissor quando as fábricas de laticínios estiverem mais desenvolvidas e os colonos passarem ao uso de máquinas para a produção de manteiga, **máquinas produzidas em alta qualidade pela Alemanha**, e então a importação de manteiga da Dinamarca deve cessar. Os colonos já começaram com uso de desnatadeiras de leite, usando máquinas da Westphalia, Sociedade Ramesohl, e Schmidt, de Oelde, cuja máquina aprovou muito aqui. Os comerciantes mantêm um estoque destas máquinas e a indústria alemã encontrou um mercado compensador.⁹²

89 GENHARD, Robert. Op. Cit, p. 54.

90 GENHARD, Robert. Op. Cit, p. 65.

91 GENHARD, Robert. Op. Cit, p. 61.

92 GENHARD, Robert. Op. Cit, p. 61. (grifos meus).

Notamos em Genhard a preocupação na relação comercial com o Brasil, principalmente na exportação de máquinas e equipamentos, a indústria pesada, ao passo que a Alemanha poderia importar manteiga, e cessar a importação da Dinamarca.

O mito do pioneiro é auferido na mesma medida em que os seus descendentes seguem a mesma linha: “O progresso só é possível para aqueles que conheceram as privações na vida, que estão dispostos a trabalhar na solidão, confiantes em si e em Deus. Os primeiros colonizadores aderiram a este princípio e os seus descendentes o seguem até a presente data.”⁹³

A junção dos valores da *Deutschbrasilianertum* com a dominação econômica das principais atividades de produção e comércio locais – ou seja, a hegemonia econômica da produção e reprodução da vida material -, produzem uma ideologia da superioridade do trabalho alemão, que serve para se diferenciar de outros grupos, e, posteriormente, enquanto idealização de verdade, justificar o sucesso econômico de algumas regiões, como no caso do Vale do Itajaí, fora causa e consequência exclusiva do empresário imigrante.

Essa ideologia da superioridade germânica associada ao trabalho perpassa o discurso do relato do viajante do século XIX, mesmo de outras nacionalidades. Em outro livro de viagem, *Le Colonie Italiane nel Brasile Meridionale: Stati di Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná*, do italiano Ranieri Venerosi Pesciolini, publicado em 1914, o autor destaca uma parte para tratar da relação da população italiana e da população alemã, em que afirma:

Atualmente o maior grau de prosperidade e de progresso civil entre as coletividades é atingido pelos alemães. Esta população estabeleceu-se muito tempo antes da nossa e chegou com uma poderosa e metódica preparação. O trabalho dos emigrados alemães sempre teve a ajuda do elemento dirigente e do capital. Desenvolveu-se em colônias já preparadas com **projetos alemães** e viabilizadas com **capitais alemães**. Entre eles o analfabetismo era quase nulo. Contrariamente, os nossos imigrantes, trabalhadores rurais, em grande parte, analfabetos, vieram sem dirigentes e sem dinheiro. (...) É bem verdade que, por ora, nas colônias alemãs, se encontra o maior bem-estar. As casas são bem mantidas. A população é mais civilizada e mais instruída. Mas a ignorância em que vivem muitos colonos italianos, de casas mais pobres, de vida mais modesta, deve-se ao abandono em que foram deixados, sem escolas e sem ajuda. Tais condições representam apenas um

93 Ibidem, p. 55.

aspecto transitório, que facilmente se modificará com o desenvolver do progresso econômico e com a difusão da instrução. Ao observarmos a obra dos nossos colonos, percebe-se uma adaptação ao ambiente, uma atitude engenhosa nos trabalhos que não se conhece em gente de outras nações.⁹⁴

A relação entre os colonos alemães e italianos é destacada como uma relação de alteridade, pois ao mesmo tempo em que o viajante italiano ressalta as qualidades alemãs, o “progresso econômico” e a “civilização”, destacando que foram viabilizados em virtude do planejamento e do capital alemão, refere-se aos italianos como sendo mais ignorantes devido a falta de ajuda, sem escolas, que podemos interpretar tanto do governo italiano quanto do governo brasileiro. Mas salienta que esse é um estado “transitório”, e que em breve essa situação se modificará, devido a uma “atitude engenhosa nos trabalhos”, coisa que não se conhece em outras nacionalidades, em especial quando se refere aos brasileiros e aos negros que aqui viviam:

Não podemos dizer o mesmo da população indígena brasileira do campo (...) Mostra-se refratária à colonização e a qualquer trabalho intenso. Prova disso é o fraco desenvolvimento das regiões litorâneas e serranas onde se localiza. Esta população de **caboclos**, **mestiços**, oriundos do cruzamento de portugueses com índios, é indolente, inerte e despreocupada. Suas cabanas são miseráveis e sujas. Comem pouco e mal para não ter que trabalhar. Se o tempo é bonito, o caboclo corta um pouco de lenha na mata, ou planta algumas socas de milho em redor da casa. Se o céu está nublado, passa o dia fumando, com o poncho às costas, acorocado junto ao fogo. (...) A **população negra**, como massa, não representa um elemento de força comunitária. Quando os negros eram escravos, obrigados a uma vida ativa e laboriosa, eram bem nutridos e cuidados pelos patrões, movidos pelos próprios interesses. Abolida a escravidão, em 1888, livres, a grande maioria seguiu a inata tendência ao ócio. Isolado nas matas, junto aos rios, recaíram numa vida inerte, miserável, quase selvagem. A libertação da escravidão para esta raça negra, importada da África para o Brasil, incapaz de governar-se, registrou um regresso no caminho de sua civilização.⁹⁵

Percebemos no livro de Ranieri um esforço de equiparação dos colonos italianos com os alemães, atribuindo as mesmas qualidades do trabalho a ambos – a do imigrante europeu -, e inferiorizando a partir das relações de trabalho, outras etnias luso-brasileiras e afro-brasileiras. Desse modo, de acordo com Tomio:

94 PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. As colônias italianas no Brasil Meridional. *Revista Blumenau em Cadernos*. Vol. 50, n. 4, p.7-20. Jul./ago. 2009, p. 13.

95 Idem, p. 15.

De fato, este tipo de referência tornou-se comum – pelo menos em discursos públicos – na manipulação ideológica de componentes étnicos, abrandando as diferenças entre alemães, italianos, etc., mas mantendo a oposição ao brasileiro (luso, caboclo da praia, tijucano, etc.) no concernente à capacidade de trabalho e, por decorrência, de desenvolvimento econômico dos diversos grupos étnicos.⁹⁶

Em uma seção em que trata “Os negociantes nas colônias”, Ranieri afirma que:

O comércio nas colônias é feito geralmente pelos colonos italianos mais influentes ou por ex-colonos que nas comunidades ou nas encruzilhadas das estradas construíram uma venda ou um armazém. Quase sempre, quando há falta de dinheiro nas colônias, o comércio funciona de modo primitivo mediante permuta de produtos, chamada troca. Os colonos cedem seus produtos ao negociante, que os compensa com outros artigos manufaturados; aqueles são creditados aos colonos com preços irrisórios e esses, ao invés, debitados com preços caríssimos. Mas os comerciantes italianos de costume limitam a sua esfera de ação à zona colonial; esses mesmos por sua vez promovem a **importação e a exportação** junto aos comerciantes das capitais, na sua maioria **alemães**. São estes que dominam o mercado colonial, não os negociantes das colônias. Estes, num determinado tempo, poderão obter discretas vantagens, mas não conseguem a melhor parte do comércio; esses mandam um determinado produto, a banha, o milho para a capital no momento em que as cotações registram preços mais altos, mas, dada a demora da viagem por causa da distância, frequentemente estes produtos chegam quando os preços já sofreram modificações, às vezes manipulados pelos próprios comerciantes das capitais. Isto traz incertezas e riscos que se prejudicam os negociantes das colônias trazem danos materiais maiores ao colono, que invariavelmente vende barato e compra caro.⁹⁷

Na descrição do comércio nas colônias, Ranieri destaca a figura do “vendedor”, como eram chamados, constituíam-se em verdadeiros senhores da economia local, pois o comércio de importação e exportação da colônia era praticamente controlado por alguns poucos proprietários das vendas. Na prática, os comerciantes formavam redes em que, numa ponta, estava o pequeno “vendedor” local, muitas vezes um colono, e em outra, aqueles que possuíam o monopólio dos preços e dos transportes.

É importante constatar, portanto, como vimos no primeiro capítulo, a acumulação de capital proporcionada pelo comércio, constitui-se em apenas umas

96 TOMIO, Fabrício R. de L. A ideologia étnica e a identidade coletiva do empresário blumenauense. Fundação Cultural de Blumenau: *Blumenau em cadernos*, Tomo XLII, nº 5/6, maio/junho, 2001, p. 90-91.

97 Idem, p. 31

das vias pelas quais o comerciante realiza o seu progresso econômico. Como era relativamente difícil o transporte e a comunicação entre a colônia e outras vilas próximas, era preponderante o papel do capital mercantil nessa fase inicial de colonização.

Assim, a construção ideológica do trabalhador ideal – aquele incansável, assíduo, regenerador da moral do trabalho e da disciplina, portador de uma “fidelidade alemã” – está ligada à ascensão de alguns imigrantes que acumularam capitais através do comércio de importação e exportação, constituindo como classe hegemônica. Esse discurso perpassa a literatura de viagem do período, como vemos no caso de Hugo Zoeller e Robert Gernhard, que tinham como objetivos despertar o interesse na Alemanha pela emigração para o sul do Brasil, e no livro do italiano Ranieri Venerosi Pesciolini, mas não de qualquer trabalhador, mas somente daqueles que se enquadravam dentro de certas características. Veremos agora como a província de Santa Catarina, e seus representantes políticos discutem essa questão.

2.2 – Os interesses da Província de Santa Catarina na indústria e no trabalho imigrante

A necessidade de novos braços para lavoura, principalmente nas lavouras de café em São Paulo, bem como a preocupação com o “branqueamento” daquela população, constitui-se nos marcos decisivos para a consolidação da corrente imigratória que se estabelecerá para o Brasil a partir do século XIX, com mais intensidade na sua segunda metade.

É certo que o número de imigrantes que vieram para se incorporarem na grande lavoura, e a forma de trabalho que se estabelece a partir dessa relação – como o exemplo do meeiro -, superaram os destinos daqueles que vieram para se instalarem como pequenos produtores, que encontraram na agricultura familiar a produção de alimentos para o mercado interno. Caio Prado Jr. afirmou que “em

conjunto, a “imigração” (no sentido restrito dado a palavra) superará sempre, de muito, a “colonização”.⁹⁸

Por mais que essa avaliação seja correta, ela é insuficiente para explicar porque a colonização de pequenas propriedades assumiu espaço significativo na política do Império brasileiro, “chegando ao ponto de, no ano de 1878, o Governo Imperial aplicar aproximadamente 10% de seu orçamento”.⁹⁹ Assim, a atenção principal do governo Imperial torna-se, na segunda metade do século XIX, em garantir uma corrente de imigração europeia para o Brasil.

Nesse período o Brasil vivia um crescimento econômico, impulsionado pela expansão da lavoura cafeeira e dos altos preços que o produto atingia no mercado externo. O papel antes consagrado pelo açúcar passa agora a uma nova mercadoria: “A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país”.¹⁰⁰

Esta conjuntura favorável ao crescimento do setor agroexportador será ampliada por uma capacidade de investimento maior do Estado Imperial, pois as principais receitas do Estado eram provenientes do comércio de importação e exportação. No conjunto, essa situação abria a possibilidade e exigia do Império uma resposta para diversos problemas, ou “pontos de estrangulamento”, que se não resolvidos ao cabo de alguns anos, poderiam inviabilizar o crescimento do país.

Estes pontos de estrangulamento eram a questão da mão de obra escrava (com o fim do tráfico e seu crescimento vegetativo negativo), uma política de terras (apenas formalmente equacionada com a Lei de Terras de 1850), uma política de desenvolvimento interno (investimentos em portos, ferrovias e urbanização) e uma política de imigração – ligada tanto à questão de terras, quanto ao incremento e diversificação do mercado interno brasileiro.¹⁰¹

Uma das respostas pensadas para enfrentar a questão legal da distribuição de terras no Brasil se deu com a Lei de Terras de 1850, que dispunha sobre a utilização das terras devolutas, passando a ser vendidas através de um financiamento que o colono contraía para ser pago nos anos seguintes a sua instalação.

98 PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, p. 190.

99 MACHADO, Paulo P. Op. cit. p. 13.

100 PRADO JR, Caio. Op cit. p. 167.

101 MACHADO, Paulo P. Op. Cit., p. 64.

Na formação do Brasil meridional, particularmente Santa Catarina, a imigração assume um caráter diferente do restante do país. Aqui não possuíamos a economia da grande lavoura como no sudeste e no nordeste brasileiro. Nossa formação econômica, excetuando o planalto e o meio-oeste (que fora ocupado através das frentes pastoris de criação de gado), não se constitui dos grandes latifúndios produtores de produtos tropicais. Portanto, não era como assalariado dos antigos senhores de escravos que se fixavam os imigrantes provenientes da Europa, mas como pequenos agricultores produzindo para a subsistência e para comercialização do excedente:

Constitui-se assim, nesta parte do Brasil, um setor cuja organização econômica e social é bem distinta da do resto do país: grande parcelamento da propriedade fundiária, ausência do latifúndio; em vez de grandes lavouras do tipo do café, do açúcar ou do algodão, que produzem, sobretudo para o comércio exterior, pequenas culturas e outras atividades de caráter local e destinadas ao abastecimento interno do país: cereais, vinho, produtos de granja, etc.¹⁰²

Em Santa Catarina, a política de colonização em grande escala passou a se dar a partir da metade do século XIX. Com a mudança na política Imperial de substituição da mão-de-obra escrava pela do imigrante europeu, sobretudo com a Lei de Terras, passou-se a acelerar a vinda de imigrantes para o território catarinense, na época controlada pelos partidos Conservador e Liberal. Analisando os relatórios do presidente da província de Santa Catarina, em relatório de 1881, na fala de João Rodrigues Chaves que Presidiu a província de 7 de julho de 1880 a 9 de março de 1882, formado na Faculdade de Medicina de Recife, na Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina, o autor se manifesta acerca da colonização:

Seja-me lícito dizer-vos apenas, que estudando o que existe, e o modo porque ainda hoje se realiza esse serviço, convenci-me, que se muito se tem feito, se não forão infructíferos os sacrifícios do Estado com a colonisação entre nós, muito mais se podia ter conseguido com a avultada somma de dinheiro, que Ella tem custado (...) Desde os primeiros passos contentamo-nos somente com o grande numero, sem apreciar bem os recursos e a **capacidade industrial dos colonos**; e a emigração compunha-se quase exclusivamente de **proletários**, muitos sem officios, e sem hábitos e disposição para a lavoura, a quem nos obrigávamos a alimentar, a

102 PRADO JR., Caio. Op. Cit., p. 204.

dar instrumentos, e trabalho, a fazer proprietários enfim. São raros os **capitalistas**, que vierão com os seus braços e capitães cultivar as nossas terras, e augmentar por esse meio a sua fortuna.¹⁰³

Temos, portanto, a análise de um homem de Estado, preocupado com os gastos com a política de colonização na província. Nota-se, também, que o perfil dos imigrantes dessas diferentes regiões se estabelece principalmente a partir da classe social a que pertencem. Esta é, em geral, uma preocupação tanto do Estado quanto dos diretores das colônias. Notamos, portanto, o contínuo desejo de atrair a imigração europeia, porém, não só mais com “proletários”, mas sim com “capitalistas” que tragam seus capitais da Europa para investirem em Santa Catarina.

Ressaltamos a utilização de alguns conceitos no relatório de João Rodrigues, que podem não denotar a acepção atual que compreendemos as palavras “proletários” e “capitalistas”, mas que na época, pela conjuntura histórica abrangida, compreendem imigrantes sem posses e imigrantes com posses. Era uma constante nesse período a emigração em massa da classe trabalhadora na Europa, tendo em vista o processo de expulsão do campo e do assalariamento forçado a que eram submetidos. Em seguida o presidente ressalta que:

A facilidade em obter melhor e mais suave salário nos trabalhos públicos, como estradas e outros, tem desviado os colonos de sua aplicação exclusivamente a lavoura (...) Nesse habito perniciosos de viver desses salários, e de esperar tudo do Governo, os colonos insurgem-se até, quando o trabalho lhes falta, ou o salario é reduzido, e vem em grupos exigir da autoridade local dinheiro, e viveres, como ainda há pouco succedeu na Cidade de Itajahy, sendo preciso empregar a força publica, para repimi-los.¹⁰⁴

O que podemos considerar é que o trabalho em obras públicas, construção de estradas, não era nem um pouco “suave” nesse período e, que nem sempre o ordenado era pago. Os colonos, para poderem sanar as dívidas que havia feito com a viagem para o Brasil, as ferramentas e demais meios de subsistência utilizados nos primeiros anos, inclusive a terra, eram obrigados a trabalhar alguns meses – principalmente fora do período de plantio e colheita – na abertura de estradas e picadas. Machado destaca que:

103 Falla João Rodrigues Chaves, 2ª sessão da 22ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, Desterro, 02/02/1881.

104 Ibidem, p. 40.

Outro expediente empregado pelo regulamento era a utilização do trabalho assalariado dos imigrantes para construção de estradas e obras públicas. Para o Governo Imperial, é uma forma de autofinanciamento e redução de gastos; para o imigrante, é a oportunidade de ganhar algum dinheiro e pagar adiantado pelo lote num trabalho de interesse direto dele e de sua comunidade, ou, simplesmente, uma forma de sobreviver até a primeira safra.¹⁰⁵

Notamos na “preocupação geral” dos relatórios de presidente de província a necessidade de afirmar uma “índole pacífica” do povo, principalmente dos imigrantes, mas que nem sempre é possível “esconder as desordens”, uma vez que essas explodem e é necessário “empregar a força pública para reprimi-los”. Também é percebido nos relatórios o início das atividades industriais nos núcleos de colonização. Em seguida, reconhece em seu discurso que:

Não deixa porem de ser satisfactorio o que já existe, e que me convence tambem, de que o futuro d'esta provincia depende da colonisação. Ha nas colônias bastante commercio, e industria, que progredem visivelmente, e em geral os seus habitantes mostram-se satisfeitos de sua situação, segundo observei.¹⁰⁶

Na análise de outro relatório, de 1884, na Falla de Francisco Luiz da Gama Roza, formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, Presidente da Província de Santa Catarina de agosto de 1883 a setembro de 1884, o autor verifica que:

A **população activa e emprehendedora** das ex-colônias é a Província devedora dos primeiros núcleos de industria, representados nas numerosas fabricas ahi existentes, providas de machinismos aperfeiçoados, movidos à vapor, e destinadas à confecção de numerosos productos. Devo certamente acreditar que pela solicitação do exemplo e estímulo do interesse, d'ahi partirá o ensinamento para outros pontos, iniciando-se gradualmente, entre nós, o **tirocínio industrial**, o solemne e prodigiosos factor da **civilisação moderna**. A grande e **superior raça germânica**, que possui a irresistível força da tenacidade, soube crear nos nossos desertos centros de poderio, civilisação e riqueza, hoje votados a um engrandecimento seguro, progressivo e indefinito.¹⁰⁷

105 MACHADO, Paulo P. Op. cit., p. 84

106 Falla João Rodrigues Chaves, 2ª sessão da 22ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, Desterro, 02/02/1881.

107 Falla Francisco Luiz da Gama Roza, 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, 05/02/1884, p. 8.

Notamos na acepção do Presidente de Província o início da industrialização na região do Vale do Itajaí, que na visão do autor é um fator da “civilização moderna”, que podemos entender como avanço do capitalismo industrial. A base dessa industrialização, na Fala do presidente de província, é a superioridade da raça germânica que possui qualidades inerentes da “civilização” e do “progresso”. Em relação a Blumenau, o autor considera que:

(...) colocada em situação favorável, dispondo de terras ubérrimas, cultivadas com cuidado, produz tão consideravelmente que a sua exportação, em gêneros e artefactos os mais variados, já ascende annualmente a quinhentos contos de réis. (...) em virtude de uma administração rigorosamente exclusivista, francamente chauvinista, teve mais do que qualquer outro ponto, de submeter-se a esse regimen (...) Não é, entretanto, que considere pouco natural e estranhavel tal sentimento de segregação das populações allemãs, collocadas em um meio estrangeiros. (...) Entretanto não posso deixar de considerar que semelhante tendência devera ser desde o começo combatida como directamente contraria ao progredimento d’esses lugares, e não descurada, favorecida, e, em alguns casos, systematicamente imposta, como succedeo em Blumenau, onde, durante a administração colonial, existia como um cordão sanitário, impedindo o ingresso das instituições, das idéias e da língua nacional. Semelhante facto de segregação tornava-se tanto mais desfavorável e inconveniente quanto o desenvolvimento industrial e commercial de todos esses lugares dependia, não da **Allemanha**, mas das relações com os outros pontos da **província e do paiz**.¹⁰⁸

Começam a aparecer nas Fallas dos presidentes de Província a preocupação com um certo isolamento cultural dos núcleos de colonização alemães em relação as ideias e a língua nacional. Isso é destacado pelo relatório como fator negativo, uma vez que as relações comerciais do município de Blumenau começam a se expandir para outras partes do Brasil, como sabemos, Rio de Janeiro-São Paulo. Como a maioria dessas pessoas “não procuravam outra coisa senão restabelecer seu modo de vida, ou seja, a posse de sua casinha, de um pedaço de campo”¹⁰⁹, era natural que em um primeiro momento, assumissem a postura de se fechar na comunidade de pequenos produtores rurais, onde possuíam conhecimento de seu meio e se relacionavam com uma comunidade de mesma identidade étnica. Já em relação aos imigrantes Italianos, Francisco Luiz da Gama Roza considera que:

Nas populações italianas, porém, procedentes, como nós, da raça latina, onde não existem os alludidos obstáculos, pronuncia-se franca

108 Francisco Luiz da Gama Roza, Op. Cit. p. 10.

109 VIDOR, Vilmar. Op. Cit. p. 25.

inclinação a aggregação com os nacionaes, a incorporar-e à comunidade brasileira. (...) Posto que nos seja essencial o auxilio da adiantada e forte raça germânica, não os é menos valiosa a intervenção do elemento meridional italiano, o mais apropriado a viver e prosperar no nosso clima, e o mais adaptavel às nossas condições sociais. (...) Se fosse possível attrahir fortes correntes de immigrantes d'essa origem para o nosso território, calculando que a nação italiana é consideravelmente mais populosa que a portugueza, seria possível, em um espaço de tempo conveniente, attenuar, se não transformar o cunho originário da nossa população, no que haveria toda a vantagem assignalada pela **superioridade da raça italiana sobre a portugueza**. Admitida a concorrência dos dous povos no nosso território, haveria ahi **apenas um problema de biologia, e a raça superior suplantaria a inferior**.¹¹⁰

A visão evolucionista de Francisco Luiz da Rosa Gama médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, explicitada nos relatórios, é marcada pelo darwinismo social, pensamento típico do século XIX, que transferia as conclusões de Charles Darwin do campo biológico para a explicação das sociedades humanas e para legitimação da ordem social. Assim, de acordo com Schwarcz: “Conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução”, e “hereditariedade” passavam a ser aplicados aos mais variados ramos do conhecimento”¹¹¹. Desse modo, acreditava-se na existência de raças superiores e raças inferiores e que a “adaptação ao meio” era uma questão puramente “biológica”.

Em relatório de 1885, apresentado pelo presidente de Província o Coronel Manoel Pinto de Lemos, as atividades industriais de Blumenau são assim descritas:

O município de Blumenau demora entre a cidade de Itajahy e a serra de Coritibanos, desenvolvendo-se, rio acima, n'uma extensão de 100 kilometros approximadamente (...) Tem por centro a Villa de Blumenau. (...) A população do município, composta em sua maior parte de allemães, italianos, polacos e brasileiros, forma um total de 24 mil almas, das quaes cerca de oitenta por cento empregam-se na lavoura. Ao commercio assas desenvolvido d'este municipio, reune-se uma industria bastante florescente, attestada pela existencia de diversas fabricas, entre as quaes uma de tecido de lã e mais uma de oleo, muitas de cerveja e licores, de charutos, de sabão, uma lithographia, duas typographias, engenhos de serra e de assucar, alambique, etc.¹¹²

110 Francisco Luiz da Gama Roza, Op. Cit, p. 10 (grifos meus).

111 SCHARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 56.

112 Relatório com que ao Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos passou a Administração da Provincia de Santa Catharina o Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, 22/06/1885.

No Relatório de 1886, o presidente da Província Dr. Francisco José da Rocha, bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, governando de 29 de setembro de 1885 a 20 de maio de 1888, se refere ao comércio de exportação das ex-colônias, sendo que:

Os paizes estrangeiros mais relacionados com o nosso commercio são a Gran-Bretanha e a Allemanha, tendendo esa a sobrepujar aquella, como succede em quase todo o Imperio. (...) O commercio local já abrange muitos gêneros de exportação, porém em pequena escala, sendo a praça do Rio de Janeiro seu maior consumidor, e por isso mesmo seu principal fornecedor.¹¹³

Decorre dessa argumentação que os principais mercados na relação comercial dos municípios do Vale do Itajaí eram a Alemanha, da qual eram importados produtos, principalmente manufaturados que não eram produzidos na região, e o Rio de Janeiro que era o principal destino da produção das ex-colônias, que consistia das duas últimas décadas do século XIX e início do século XX, basicamente, de produtos primários e semi-industrializados. Como segue no mesmo relatório de 1886:

O que alimenta a Provincia é a pequena industria, em sua maior parte explorada pelos estrangeiros immigrados, cada um dos quaes traz diária ou semanalmente aos mercados os productos immediatos do trabalho da véspera. Estas pequenas industrias porem são limitadas á manteiga e á banha sem vasilhame, ás carnes de porco salgadas, á criação das aves mais communs e aos ovos, cuja exportação para o Rio de Janeiro se incrementa alguma vez ao anno. (...) Há quem pense em introduzir melhoramentos industriaes, mas o habito de nada se fazer sem privilégios até para aquillo que em parte alguma é novo, porque só d'estes se espera a garantia, que aliás o trabalho perserverante e conscienciosos nunca recusa, impede a manifestação das grandes iniciativas.¹¹⁴

No relatório de 1888, pelo mesmo presidente da Província é fornecida uma tabela com os principais produtos de exportação dos municípios do Vale do Itajaí:

113 Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina na 1ª sessão da sua 26ª Legislatura pelo presidente Dr. Francisco José da Rocha, em 21/07/1886.

114 Ibidem, p. 174.

os algarismos. Apresentar-vos-ei, portanto, o mais garantido porque foi obtido por ocasião do ultimo recenseamento nas ex-colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro, de que já acima fallei. Este quadro envolve a exportação de Blumenau e do Gaspar e dos diversos districtos de São Luiz Gonzaga ou Brusque (Itajahy e Príncipe D. Pedro) no exercicio de 1886-87.

GENEROS	QUANTIDADES	VALOR	IMPOSTO
Arroz pilado.....	285.240 kilos.	31:156\$400	1:982\$680
Assucar mascavado.....	338.613 »	40:633\$560	2:708\$904
Araruta.....	5.740 »	918\$400	57\$400
Banha.....	136.256 »	68:128\$600	5:449\$538
Batatas.....	3.675 »	441\$000	18\$375
Carnes salgadas.....	43.715 »	8:743\$000	699\$290
Cera virgem.....	110 »	99\$000	7\$920
Farinha de mandioca.....	580.852 »	23:174\$080	2:508\$810
Feijão.....	69.822 »	5:585\$760	628\$390
Fumo em folha.....	24.975 »	7:462\$500	643\$200
Gomma.....	3.285 »	328\$500	16\$425
Manteiga.....	92.599 »	87:969\$050	6:804\$394
Mel de abelhas.....	150 »	30\$000	2\$400
Milho.....	32.754 »	1:637\$300	131\$016
Oleo animal.....	1.290 »	516\$000	14\$280
Oleo vegetal.....	1.310 »	524\$000	52\$400
Sementes de mostarda.....	120 »	144\$000	11\$520
Solla.....	2.330 »	2:330\$000	168\$400
Toucinho.....	150 »	60\$000	4\$440
Esteiras.....	9.000 duzias	1:080\$000	26\$400
Ovos.....	190 »	38\$000	3\$800
Vassouras.....	720 »	240\$000	19\$200
Bagres.....	3 milheiros	60\$000	6\$000
Charutos.....	2.225 »	13:396\$400	1:200\$796
Lenha (achas).....	172 »	692\$250	59\$452
Couros de boi.....	30	120\$000	18\$000
» » bezerro.....	62	62\$000	4\$960
» » veado.....	106	63\$600	5\$088
Costadinho (madeira).....	389.688	221:180\$000	19:685\$908
Costado (madeira).....	516	602\$000	30\$100
Dormentes.....	5.352	8:562\$200	579\$800
Fôrro.....	3.056	1:222\$400	97\$922

Se na década de 1880 é constatada a pequena indústria voltada para produção de produtos primários para exportação, a “índole pacífica” e “empreendedora” dos imigrantes, na década de 1890, mesmo após a proclamação da República notamos uma continuidade na economia da província, com os colonos produzindo para subsistência, com alguns comerciantes e industriais acumulando capitais. Segundo Neckel: “A instauração do novo regime, praticamente sem oposição, nos primeiros momentos, foi possível graças às alianças feitas entre as principais lideranças políticas”.¹¹⁵ Assim, a continuidade e a manutenção da “ordem”, destacada pelas fontes oficiais da época, apresentam no discurso um esforço em não evidenciar situações de conflitos, e ao mesmo tempo, garantir a estabilidade social com a instauração do novo regime.

Em mensagem de 1899 pelo governador Felipe Schmidt, presidente do estado de Santa Catarina de 28 de setembro de 1898 a 28 de setembro de 1902,

115 NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 10.

notamos uma ênfase na “tranquilidade” e na “índole trabalhadora” dos habitantes: “Folgo em declarar-vos, que reina a mais completa tranquilidade no Estado, para que o grandemente contribui a índole do povo avesso a conflictos e dedicado ao trabalho.” Também é percebido que houve uma diminuição considerável na imigração para o Estado, conseqüência da mudança na conjuntura europeia e nas condições da imigração.

Raros são os actualmente os imigrantes europeus que procuram o nosso Estado. Desde que cessaram os auxílios que o Governo da União concedia a esses braços, que de longe nos vinham, e que foram suspensos os favores concedidos a diversas empresas colonisadoras, paralyzado ficou o movimento immigratorio, impulsionado até então pelas commodidades que os colonos encontravam logo ao chegar ao nosso paiz, e de que continuavam ainda a gosar por largo tempo.¹¹⁶

A partir da literatura de viagem na virada do século XIX, que reflete os anos anteriores a sua escrita, e dos relatórios de presidente de província de 1880 a 1900, podemos refletir que se, por um lado, ambos os documentos apresentam a colonização e a “indústria” do Vale do Itajaí como obra da imigração, da superioridade da “raça germânica”, o que confirma a existência de uma ideologia étnica ligada ao trabalho partilhada por membros de fora do grupo étnico em questão, por outro lado a literatura de viagem vincula a imigração do povo alemão aos interesses comerciais e imperialistas dos capitais alemães, ao passo que os relatórios estão mais preocupados na origem desses imigrantes, que fossem “capitalistas”, ou seja, que possuíssem certo capital, alguma posse, para investir na colonização, e para que não vivessem dos subsídios do governo.

¹¹⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Dr. Felipe Schmidt, Florianópolis, 10/08/1899.

TERCEIRO CAPÍTULO: NOVOS TERMOS DE UM VELHO DEBATE – A INDUSTRIALIZAÇÃO DO VALE DO ITAJAÍ NA HISTORIOGRAFIA E NA ECONOMIA POLÍTICA CATARINENSE

3.1 – A industrialização do Vale na perspectiva da Economia Política

Os estudos sobre a industrialização de Blumenau começam a ter impulso na década de 1960 com a publicação de duas pesquisas no campo da Economia Política: *Estudos Geográficos da Indústria de Blumenau* (1965), do geógrafo Armen Mamigonian, e do livro *Desenvolvimento econômico e Evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife* (1966) do economista Paul Israel Singer sob orientação do professor Florestan Fernandes.

No artigo do geógrafo Armen Mamigonian, intitulado *Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau*, publicado em 1965 na Revista Brasileira de Geografia, o autor inicia seu estudo destacando três tipos de zonas industriais em Santa Catarina: zonas de colonização alemã, zona do carvão e zona pioneira do oeste. “As zonas de colonização alemã, em particular as colônias de Blumenau, Joinville e Brusque, povoadas a partir de 1850, constituem as zonas mais industrializadas e as mais ricas de Santa Catarina, de tal modo que em São Paulo, por exemplo, Santa Catarina evoca automaticamente os alemães”.¹¹⁷

Estabelece a industrialização em três fases de implantação industrial: a primeira de 1880 a 1914 caracteriza-se pela implantação das primeiras indústrias. “As primeiras verdadeiras indústrias nasceram trinta anos após o início do povoamento: uma malharia (HERING-1880), e duas tecelagens de algodão (Karsten-1882 e Garcia 1885)”.¹¹⁸ Nessa fase, de 1850 até a primeira Guerra de 1914-18, “o fundamento material da vida em Blumenau esteve baseado no sistema “colônia-venda”.¹¹⁹

A segunda fase, de 1914 a 1939, é marcada pela expansão das indústrias e criação de novos ramos industriais. “A primeira guerra mundial marca o início da

117 MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 27: 389-481, jul./set. 1965, p. 390.

118 Idem, p. 394-395.

119 Idem, p. 397.

segunda fase da industrialização, caracterizada pela consolidação das indústrias existentes, a promoção de certos artesanatos agrícolas (...) e a partir de 1919 a chegada de numerosos imigrantes com experiência industrial e comercial.”¹²⁰ A terceira fase inicia em 1940 e se estende até 1961. Para o autor, o excedente econômico, “indispensável a todo início industrial”:

(...) nasceu da produção agrícola e por causa do sistema “colônia-venda” acumulou-se nas mãos dos comerciantes que não se contentavam apenas em orientar a vida econômica nas suas zonas de influência, mas também possuíam barcos para ir até Itajaí (...). Mais freqüentemente, estes comerciantes dirigiam casas de importação-exportação na “Stadtplatz”, e filiais nos diferentes cantos das zonas rurais.¹²¹

Em relação aos empresários industriais, o autor afirma que “**o espírito de iniciativa** das pessoas de **origem alemã**, que se encontra na base da criação das fontes de energia, (...) teve uma expansão máxima na atividade industrial”¹²². Esses empresários obedecem a certos tipos de padrões de acordo com suas profissões de origem anterior e a origem de capitais: “1) gentes que já eram industriais; 2) gentes ligadas ao comércio de importação-exportação do sistema colônia-venda; 3) representantes comerciais, quadros e empregados de escritórios e comerciantes varejistas; 4) a mão-de-obra qualificada: mestres, operários qualificados e artesãos.”¹²³

Em seguida cita os casos dos pequenos empresários que foram bem-sucedidos em seus negócios: Herman Hering, Johann Karsten, Alfred Hering, W. Cremer... Acaba por considerar os três tipos de capitalistas. Em seguida afirma que: “resumindo, os industriais de Blumenau eram o mais freqüentemente “**capitalistas sem capital**”, no sentido de que tinham espírito de iniciativa mais ou menos desenvolvido, mas quase nenhum recurso financeiro”.¹²⁴

Em seguida explica a gênese da indústria blumenauense a partir da transposição da industrialização em curso na Alemanha, considerando que este fato bastava para que se instalasse um processo de industrialização aqui nos moldes do que ocorria lá:

120 Ibidem, p. 397.

121 Ibidem, p. 397.

122 Ibidem, (grifos meus). p. 398.

123 Ibidem, p. 400.

124 Ibidem, (grifos meus). p. 404.

a colonização alemã em Blumenau **trouxe em si mesma a indústria**, se se considerar que seus membros, provenientes de uma civilização em pleno desenvolvimento industrial, **trouxeram eles mesmos esta civilização** [...] Assim, pode-se dizer que a colonização do Dr. Blumenau, **por causa da sua riqueza humana**, no lugar de ser Santa Catarina, se localizasse não importa onde, os resultados seriam os mesmos.¹²⁵

A análise de Mamigonian, embora parta de uma abordagem socioespacial, é limitada, pois afirma que a colonização alemã trouxe em si mesma a indústria, e que os imigrantes alemães, por terem vindo de uma civilização em processo de industrialização, transplantaram essa civilização para o Brasil, o que dá uma noção de que a imigração alemã em Santa Catarina reproduziu, *ipsis litteris*, a sociedade alemã de final do século XIX. Além disso, a tese de que a industrialização de Blumenau foi de “capitalistas sem capital” reforça a ideia de que o “sucesso econômico” foi obra exclusiva dos empreendedores teuto-brasileiros, que por causa de sua “riqueza humana”, atingiriam os mesmos resultados não importa onde.

3.2 – A industrialização do Vale na perspectiva da historiografia

Alguns historiadores atribuem à origem da industrialização no Vale do Itajaí a partir da figura do empreendedor teuto-brasileiro. Walter Fernando Piazza em seu livro *Santa Catarina: sua história*, no capítulo que trata sobre a Industrialização (de 1850 a 1900), o autor descreve o processo de surgimento das primeiras indústrias dos ramos têxtil, metalúrgico, tipográfico, de alimentos, etc., e passa a biografar o que chama de lideranças: 14 empresários de origem germânica e um de origem italiana, fundadores de empresas e grupos econômicos, mas não diz nada sobre a mão-de-obra¹²⁶. Em outro livro, *Santa Catarina: história da gente*, ao tratar dos fundadores da Colônia Blumenau, os primeiros 17 imigrantes, afirma que “a predominância de artesãos sobre lavradores talvez explique a tradição industrial que se firmará como base econômica da região”.¹²⁷

125 Ibidem, (grifos meus). p. 416.

126 WOLFF, Cristina. Op. Cit., p. 3.

127 PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC, 1977, p. 72.

Também compartilha dessa visão a interpretação de Américo Augusto da Costa e Souto, que em conjunto com outros historiadores e economistas escreveram a obra *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*, que possui como marco teórico a obra de Fernand Braudel, com a diferenciação temporal entre estrutura, conjuntura e evento. No capítulo V do livro, *Da Economia Subsidiária e primário-exportadora à industrialização tradicional (1850-1914)*, os autores analisam “o período que vai de meados do século XIX à Guerra de 14 mostra, a partir de 1880, uma transformação que podemos considerar estrutural, ou seja, a implantação da indústria tradicional (especialmente têxtil e alimentar), na zona de colonização do Vale do Itajaí e do Nordeste do Estado.”¹²⁸

Segundo os autores, cabe destaque “no caso do imigrante (sobretudo o alemão), a **ação do pioneirismo**, que poderia conduzir à tese do empresário inovador de Schumpeter”¹²⁹. Em artigo mais recente, Costa e Souto publicou um capítulo intitulado *Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. Como o nome diz, é uma tentativa de remontar às origens da indústria nessas regiões. O resgate das origens industriais tem por perfil do homem que faz a história o “empresário inovador”, ao invés dos “heróis políticos e militares” da historiografia tradicional, como o autor afirma:

A História Econômica, uma das preferências da Escola Francesa tem como atores históricos não os heróis políticos e militares, mas sim os heróis “shumpeterianos” das façanhas econômicas: o italiano Mattarazo, caudilho empresarial, é, assim, a réplica do outro italiano, o caudilho revolucionário Garibaldi; o Visconde de Mauá passa a merecer monumentos, ao lado de um D. Pedro I, um José Bonifácio... No nosso caso, os capitães de empresa e técnicos inventores teuto-catarinenses serão os atores da épica industrial.¹³⁰

A sua defesa – de certa forma retoma os argumentos de CEAG/SC – é a de que a industrialização, enquanto fenômeno de longa duração, que transforma as

128 CEAG/SC. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/SIC/CODESC/BRDE/BADESC/BESC/PROCAPE, 1980, p. 57.

129 Idem, p. 75.

130 COSTA SOUTO, Américo A. *Industrialização de Santa Catarina: o vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. In: Ana Brancher (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 115.

estruturas da sociedade catarinense, é fruto da imigração enquanto fenômeno conjuntural da segunda metade do século XIX.

O autor defende a tese da relação da industrialização do Vale como centro-periferia ou metrópole-satélite em relação ao eixo Rio-São Paulo. Em que “o conceito de centro, isto é, as economias “desenvolvidas”, definidas especialmente pelo capitalismo industrial; de outro lado, a periferia, formada por economias subdesenvolvidas, em estágio pré-capitalista (ou, no máximo dentro do capitalismo comercial).¹³¹

Esse modelo de explicação da industrialização centro-periferia foi utilizado pela comissão econômica para a América Latina (CEPAL). Faziam parte dos quadros da CEPAL importantes economistas e sociólogos brasileiros, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando H. Cardoso, Carlos Lessa, A. Barros de Castro e José Serra, entre outros.

A característica central que orienta a obra desses teóricos era a análise de que os países latino-americanos eram castigados pelo fato de serem exportadores de matéria-prima, ao passo que os países centrais eram exportadores de produtos industrializados, gerando um descompasso histórico no processo de desenvolvimento da economia dos primeiros. Esse descompasso “significava que, na relação de intercâmbio entre os produtos primários e industrializados, os preços se inclinavam sempre a favor destes últimos, provocando a famosa *deterioração dos termos de intercâmbio da periferia*”.¹³²

Desse modo, os teóricos da cepal afirmavam que não seria possível superar o subdesenvolvimento latino-americano sem uma alteração nos termos de intercâmbio na relação centro-periferia. Trata-se de reverter o eixo básico da economia, até então voltada “para fora”, para o desenvolvimento voltado “para dentro”, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno. Temos então uma política macroeconômica de intervenção do Estado na economia, investindo na infraestrutura produtiva, criando mecanismos de crédito e de poupança, evitando a saída de capitais, etc.

Assim, o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, promovendo a necessária infraestrutura para a expansão

131 Ibidem, p. 118.

132 MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Vozes, 1984, p. 36

industrial e a canalização de recursos nacionais para as novas atividades prioritárias.¹³³

Para Costa e Souto, o imigrante trouxe da Europa uma mentalidade capitalista, própria de países que passaram pela Revolução Industrial, em contraste com a sociedade brasileira que ainda mantinha a monarquia e a escravidão. Como o autor afirma: “Tem sido constatado que o imigrante em geral mostra, no Brasil, uma **vocação empresarial** que não costuma ocorrer no brasileiro.”¹³⁴

Esse contraste entre a mentalidade do “brasileiro” ligada à monarquia e à escravidão, e do “imigrante teuto” como tipicamente capitalista, é apontada como uma das causas da transformação estrutural proporcionada pela industrialização. Conforme é destacado: “Esse grupo saía de um país que ingressava aceleradamente no capitalismo industrial. Via de regra, não trazia recursos materiais, suas armas para a aventura industrial foram sua mentalidade empresarial e suas qualificações técnicas. **Eram capitalistas sem capital**”.¹³⁵ Esses “capitalistas sem capital” a que se referem Costa e Souto e Mamigonian (1966), são os que fundaram as primeiras indústrias do Vale do Itajaí, que se destacam em sua narrativa:

Hermann Hering, alemão, mestre de fabricação de meias e comerciante, junto com outros pequenos e médios empresários atingidos pela referida crise, emigrou em 1878. Em 1879 funda uma tecelagem em Blumenau, inicialmente como empresa familiar. (...) Em 1880, pioneiramente, introduz no Brasil a malharia branca. Vemos aí o modelo shumpeteriano, que aparecerá também em outros casos. (...) Em 1882 é fundada outra tecelagem, a Karsten. Em 1884, uma terceira, a Garcia (atual Artex) (...) Cabe destacar aqui um típico Shumpeteriano, Pedro Christiano Feddersen. Emigrado da Alemanha em 1879, entrou para uma empresa export-import em 1885, de início como gerente de filial, em seguida como sócio. Agregou à empresa outras atividades, como latoarias, fábricas de caixa e cigarrilhos, seleção e embalagem de fumo, moinhos de farinha, serrarias, fabricação de arame farpado, etc. Fornecendo crédito aos colonos, com filiais em todo o Vale do Itajaí, superou o primarismo do sistema das “vendas”. Promoveu a exportação do fumo e melhorou sua qualidade. Teve contribuição importante (inclusive como político) na construção da Usina de Salto, em Blumenau, bem como na Estrada de Ferro Santa Catarina. A esse autêntico “shumpeteriano”, por sua iniciativa e versatilidade, chamaríamos de “**Mauá Blumenauense**”.¹³⁶

133 COSTA E SOUTO, Op. Cit., p. 39.

134 COSTA E SOUTO, Op. Cit., (grifos meus). p. 40.

135 COSTA E SOUTO, Op. Cit. (grifos meus). p. 129-130.

136 COSTA SOUTO, Américo A. *Industrialização de Santa Catarina: o vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. In: Ana Brancher (org.) *História de Santa Catarina*:

Uma obra que, embora faça oposição à perspectiva de Costa e Souto e CEAG/SC em relação à tese centro-periferia na relação de industrialização do Vale, segue a perspectiva de que o agente histórico indutor da industrialização é o empresário inovador teuto-brasileiro é *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o Modelo Catarinense de Desenvolvimento*, publicado em 1987, da historiadora Maria Luiza Renaux Hering. Para esta autora:

Nosso ponto de partida é a hipótese de que o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu a dinâmica interna própria. O crescimento gradativo da indústria, a partir de recursos autogerados e de mercado interno, teve por base o isolamento regional. (...) Discordamos, assim, do posicionamento defendido em trabalhos atuais na Universidade Federal de Santa Catarina que serviriam, inclusive, de base a estudo divulgado sobre a evolução histórico-econômica do estado, sob a responsabilidade de um grupo de economistas e historiadores e que se resume na explicação de que a economia de Santa Catarina foi marcada pela função de suprir os núcleos exportadores do sistema econômico brasileiro.¹³⁷

Segundo a autora, Santa Catarina, em particular o Vale do Itajaí, teve o seu desenvolvimento econômico a partir de uma industrialização endógena, voltada para dentro, e não como periférica da economia do eixo São Paulo-Rio. Com isso:

O isolamento determinou a existência de mercado regional fechado, com uma população de imigrantes fornecedora de mão-de-obra e demais recursos para a atividade econômica local. Em decorrência, afirmamos que Santa Catarina não se desenvolveu como área periférica, nem em sua primeira fase, a fase colonial, que caracterizamos como de produção agrícola e comercial (1850-1880) (...) nem quando se inicia a pequena indústria (1880-1914), cuja produção se limita ao mercado catarinense, aproximadamente até o final daquele período.¹³⁸

Notamos que a autora busca generalizar um “modelo catarinense de desenvolvimento” a partir de um estudo regional do Vale do Itajaí. Sendo esse desenvolvimento “autônomo”, pois “constata-se sua independência em relação ao governo pela ausência de subsídios e favores (...) e em relação às instituições bancárias, inexistentes localmente. Decorre dessa auto-suficiência e solidez a

estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 136.

137 HERING, Maria L. R. *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987, p. 11.

138 Ibidem, p. 12.

capacidade de manter-se no mercado e de resistir a conjunturas difíceis.”¹³⁹

Como fator primordial na análise do desenvolvimento endógeno é apontado o tipo de mão-de-obra e o tipo de empreendedor como agentes de transformação econômica no Vale do Itajaí.¹⁴⁰

Essa teoria do empresário inovador tem suas bases filosóficas em Joseph A. Schumpeter, economista austríaco que escreveu *A teoria do desenvolvimento econômico*, obra no qual o autor constrói a sua teoria em torno do empresário inovador, como elemento propulsor do desenvolvimento econômico. Segundo essa linha de pensamento, o individualismo e o racionalismo são características inerentes a esse tipo de agente que realiza a combinação de técnicas novas no processo de produção e conquista novos mercados. Como Hering afirma: “na definição Schumpeteriana, que se tornou clássica para o conceito de empreendedor, este é o indivíduo que preenche a função de realizar novas combinações no processo produtivo.”¹⁴¹

Em relação à mão-de-obra, aos trabalhadores, só destaca que “a memória dos operários, através de entrevistas, oferecem material rico para história social: visão de mundo, esperanças, condições de vida, **valorização do trabalho.**”¹⁴²

Essa equidade entre empresários e trabalhadores, que é narrada em seu livro, tem como origem o tipo de atividade econômica e o parcelamento da propriedade que irá se desenvolver na região do Vale do Itajaí a partir da colonização alemã. Além disso, um tipo de mentalidade comum imbuída de uma ética do trabalho são fatores fundamentais na sua explicação da origem industrial autônoma. Como afirma:

O próprio tipo de atividade econômica que se desenvolveu na região tendo por base as pequenas propriedades não permitiu, de início, a formação de grandes fortunas e o distanciamento social. Por outro lado, o imigrante trouxe uma mentalidade imbuída de ética que dele exigia ECONOMIA, MODERAÇÃO E AUTO-CONTROLE no comportamento, valores esses justamente destacados como pressuposto mais imperioso para a industrialização, nos países líderes deste processo, do que a própria posse de capital.¹⁴³

139 Ibidem, p. 13.

140 Ibidem, p. 14.

141 Ibidem, p. 14.

142 Ibidem, p. 16. (grifos meus).

143 Ibidem, p. 27.

Ressalta-se assim o mesmo argumento já evocado por Mamigonian (1966) e por Costa e Souto dos “capitalistas sem capital”, de que a mentalidade tipicamente capitalista com uma ética “protestante” seriam os principais fatores do desenvolvimento e da industrialização; para HERING, uma industrialização autônoma, independente do Estado, de instituições financeiras, isolada do restante do país, e que tem como marca um equilíbrio social acentuado.

Esse equilíbrio social, característica do modelo de colonização alemã no Vale do Itajaí, foi segundo a autora “marcadamente homogênea”, pois “todos os imigrantes, por necessidade ou por decreto, foram obrigados a ter, como atividade inicial, numa região cuja base econômica ainda estava por ser criada, o trabalho na terra”.¹⁴⁴ Essa característica das origens dos fundadores do Vale, para Hering, determinou uma equidade econômica e social:

Esse foi o ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum.¹⁴⁵

Temos desse modo, segundo a autora, uma sociedade onde não havia diferenças sociais significativas, uma vez que todos deveriam ter o trabalho na agricultura como condição social inicial. E também não havia uma classe aristocrática como em outras regiões do Brasil, o que facilitou que essa sociedade camponesa caminhasse para uma transformação industrial. Desse modo:

Não havia, em Santa Catarina, uma aristocracia rural ou qualquer outra que impedisse colonos, e, posteriormente, comerciantes e artesãos, de exercerem a profissão de sua escolha. Isso, naturalmente, forjou-lhes um caráter em que a **auto-confiança** e a **independência** tornaram-se traços essenciais.¹⁴⁶

Os fatores fundamentais para a transição da fase agrícola para fase industrial são analisados por Hering quando trata do “apogeu do comércio e a transição para a fase industrial”. Segundo a autora, o comércio e as relações deste com a Alemanha não podem servir de explicação para gênese industrial no Vale do Itajaí; isso porque

144 Ibidem, p. 56.

145 Ibidem, p. 56.

146 Ibidem, p. 57. (grifos meus).

“o desenvolvimento da indústria nas colônias de Blumenau e Brusque prende-se mais às diferentes etapas da imigração do que ao desdobramento da atividade artesanal ou comercial.”¹⁴⁷

A explicação para industrialização do Vale, para Hering, se deu com a nova leva de imigrantes da década de 1880 que trouxeram habilidades e técnicas de uma Alemanha em industrialização acelerada, e como consequência do esgotamento do solo, “após trinta anos de exploração contínua”, o que levou a procurar outros modelos de inversão econômica. Ela destaca que o sistema de colonização agrícola implantado nas colônias alemães não fora bem sucedido, uma vez que predominava a produção extensiva do solo, embora tenha servido “apenas o tempo suficiente para que os imigrantes, com predominância de alemães e italianos, amealhassem algum capital para se estabelecer em ramos em que tinham alguma experiência (...)”¹⁴⁸

Contudo, a autora se contradiz, pois mais a frente ao tratar das primeiras fábricas de tecido (1880-1914) e dos seus fundadores, afirma ser “esse o papel dos fundadores das primeiras fábricas do Vale do Itajaí. Foram eles que direcionaram a acumulação de capital previamente existente e oriunda da lavoura e do **comércio**, para novos investimentos, representados, na região, pela indústria têxtil.”¹⁴⁹

Como representante dos empreendimentos industriais de Blumenau, a autora cita o caso da empresa Gebrüder Hering, fundada em 1880. A família Hering possuía tradição no ramo têxtil, pois “todos os membros do sexo masculino da família foram, sem exceção, tecelões ou mestres de tecelagem e malharia”.¹⁵⁰ Quando imigrou para Blumenau, estava com 43 anos e experimentou diversas atividades ligadas ao comércio, abrindo uma venda em 1879. Em 1880, com a vinda do irmão mais novo, Bruno Hering, pôde iniciar as atividades de artesãos da Alemanha: “com as economias trazidas e guardadas pelo patriarca Hermann, fora possível adquirir o primeiro tear, que, contudo, era bem diferente, das simples máquinas de tecer usadas anteriormente na Saxônia”.¹⁵¹ Sobre a evolução da empresa em termos numéricos e de maquinaria, têm-se relato sobre a situação financeira do período até 1914:

147 Ibidem, p. 75.

148 Ibidem, p. 55.

149 Ibidem, p. 85.

150 Ibidem, p. 87.

151 Ibidem, p. 93.

Em 1890 o número de teares circulares e de máquinas de costura aumentara para dez de cada tipo; em 1905, para trinta. Nesse mesmo deu-se início ao plano de verticalização das operações da fábrica, com a instalação de uma alvejaria e de uma tinturaria bastante rudimentar, mas aperfeiçoada em 1906 graças à utilização de corantes e anilina importadas de Baden, Alemanha. O período de 1892 a 1905, de acordo com os balanços da firma, representou um crescimento médio anual de 27,3% nos investimentos em maquinaria. Em 1892 iniciou-se o projeto de construção de novas instalações, com a compra de terreno em local mais retirado do centro, servido de água em abundância para a geração de energia. Em 1897 completou-se a mudança da empresa para sua sede definitiva, representando os investimentos em imóveis, no período considerado entre 1892 e 1905, o crescimento médio anual de 20%. Em 1909 deu-se um passo decisivo para o futuro da firma, quando a direção resolveu implantar sua fiação própria. (...) Em 1914 o quadro do maquinário da firma Hering fechava-se com noventa teares circulares, 100 máquinas de costura e uma fiação de 2.600 fusos. (...) Ainda em relação à maquinaria, esta foi encomendada junto a fábricas alemãs que, na época, já concorriam com as inglesas na disputa pelos mercados dos países que se industrializavam. (...) O crescimento da produção foi constante, apresentando índice de 345% entre 1901 e 1905, progressivo até 1913. (...) Em 1893 havia ao todo quinze empregados; em 1900 esse número dobrou, passando para 300 em 1914.¹⁵²

Em relação à mão-de-obra, a autora analisa que a mesma origem étnica contribuiu para os valores comuns e os laços de solidariedade fossem criados entre os operários e patrão, gerando traços de identidade cultural acima das diferenças sócio-econômicas. Desse modo, “tradição, sentimento autóctone, relações sociais favoráveis, ligações familiares – no caso, refletindo-se em estabilidade no emprego – são constatações fáceis ao senso comum”.¹⁵³

Outro traço que caracterizava a mão-de-obra teuta, segundo a autora, foi a “docilidade frente ao paternalismo na direção (...). Na fábrica, a passividade imposta pela servidão secular supostamente se manifestou numa atitude de submissão e respeito pela autoridade mais próxima, o patrão.”¹⁵⁴

A partir de 1875, entretanto, contribuíram para a formação da mão-de-obra da região a imigração italiana, firmada a partir do contrato de Caetano Pinto com o Império, em virtude da crise agrícola pelo qual passara a Itália e a diminuição na imigração de alemães no período. Destaca-se que “entre os imigrantes havia elementos dos mais diversos segmentos sociais, uma vez que o responsável pelo

152 Ibidem, pp. 96-101.

153 Ibidem, p. 141.

154 Ibidem, pp. 151-152.

seu recrutamento era recompensado pelo número de indivíduos arregimentados, não existindo qualquer critério de seleção.”¹⁵⁵

De acordo com a autora, com a inserção desses imigrantes italianos na economia local vai se dar uma diferenciação étnica e social em relação ao trabalho, uma vez que “entre os imigrantes de origem urbana havia muitos que transplantaram consigo a experiência e o sentimento de grupos operários politizados e inconformados com a espoliação social levada pelo capitalismo industrial dos primeiros tempos à sua pátria (...)”.¹⁵⁶

Segundo a autora, diferente da atitude de “submissão” e à “disciplina” da origem teuto, os imigrantes de origem italiana não se adaptaram bem ao trabalho industrial. Assim, “os operários desses dois núcleos, Nova Trento e Itajaí, eram elementos que se ajustaram com maior dificuldade ao regime de trabalho industrial, com horários de trabalho rígidos.”¹⁵⁷ A autora conclui que “enfim, reconhece-se que, se havia nesses elementos certa inferioridade inicial frente aos alemães, esta era superada na medida em que adotavam as mesmas formas de comportamento.”¹⁵⁸

Assim, para esse tipo de historiografia, o padrão por excelência do ator da história do Vale, é, por um lado o empresário teuto-brasileiro, capaz de inovar e superar as diversidades iniciais a partir da sua mentalidade empreendedora, herdeiro de características inovadoras; e por outro lado, o trabalhador teuto, portador de uma disciplina e de uma moral voltadas para o trabalho, com características dóceis e submissas ao patrão.

3.3 – Críticas ao modelo schumpeteriano da história

A escrita da história do Vale passou por diversas tendências historiográficas, da história factual e pretensamente neutra (Piazza), da perspectiva da economia política (Mamigonian e Singer), à análise braudeliana da longa duração (Costa e Souto) que converge com a teoria schumpeteriana do empresário inovador (Maria L. Renaux Hering).

Recentemente, alguns autores têm aberto um novo caminho para

155 Ibidem, p. 145.

156 Ibidem, p. 145.

157 Ibidem, p. 152.

158 Ibidem, p. 153.

interpretação da industrialização do Vale do Itajaí, da sua formação social, e das suas relações sociais em nível mais amplo, da política às manifestações culturais. São elaborações de economistas, sociólogos, assistentes sociais, arquitetos, até poetas – mas nenhum historiador.¹⁵⁹ Talvez seja esse a importância desse trabalho para historiografia, apesar dos limites de uma monografia, contribuir para fomentar esse debate no campo da história.

Alcides Goulart Filho, economista, defendeu uma tese sobre a Formação Econômica de Santa Catarina, publicada pela editora da UFSC. Ao analisar a produção bibliográfica sobre o estado, questiona a tese schumpeteriana do empresário inovador, uma vez que “um empresário pode ser considerado inovador quando as condições sociais, institucionais e financeiras permitem a externalização do seu dinamismo”¹⁶⁰ Para o autor, destacar apenas um elemento do “sucesso” industrial, do empreendedor de origem teuto, e colocá-lo como exemplo do “modelo catarinense de desenvolvimento” é reforçar o mito da superioridade racial. Desse modo, para o autor:

A tese do empresário inovador serviu como um respaldo científico mais elegante e convincente do que as abordagens racistas do evolucionismo spenceriano, em que os mais aptos ou os mais dinâmicos sobrevivem à seleção natural. Associado à figura do empresário inovador, vem o **mito do “espírito de iniciativa”**, da forte “ideologia do trabalho” e da disciplina. Essa interpretação serve para reforçar ainda mais a segregação social e regional no Brasil, ou seja, o sujeito é pobre e explorado porque não têm descendência alemã ou italiana; portanto, não tem amor ao trabalho e prefere o ócio ao negócio. Se quisermos construir uma abordagem crítica da formação econômica de Santa Catarina, jamais podemos cair no reducionismo individualista e na visão preconceituosa.¹⁶¹

Goulart Filho não cai na apologia de explicar a gênese da industrialização a partir do “empresário inovador” ou da transposição simplista da Revolução Industrial em curso na Europa para a realidade brasileira, mas explica que “o crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade de cópia) e pela tradição dos imigrantes que eram

159 MATTEDI, Marcos Antônio; IVO, Marcos; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Ed. da FURB, 2000, p. 7.

160 GOULART F., Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 49.

161 *Ibidem*, p. 49.

provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália”.¹⁶²

Fabrizio R. Tomio, organizador do livro *Nosso Passado (In)Comum: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*, escreve um capítulo - *Breve História da Burguesia Industrial Têxtil Blumenauense (Constituição, Ação Política e Organizações de Classe)* -, em que se propõe a analisar a história de Blumenau a partir de uma interpretação da ação coletiva da burguesia têxtil, nas suas diferentes etapas e posições de classe.

O autor inicia retomando a fundação, em 1880, da empresa Gebrüder Hering, como o marco “que inaugura o processo de industrialização do Estado de Santa Catarina.”¹⁶³ A periodização histórica da industrialização de Blumenau é aquele mesmo proposto por Singer e Mamigonian – 1850-1880 (produção agrícola, sistema colônia-venda); 1880-1914, da pequena indústria; 1914-1950, grande indústria. Segundo o autor:

A transposição histórica do padrão de desenvolvimento agrícola deu origem à segunda fase econômica de Blumenau (1880-1914): a da pequena indústria. Concorreram para isto, alguns fatores fundamentais: 1) a acumulação de capital pelos comerciantes (“vendedores”) e seu investimento em atividades de transformação industrial; 2) a existência de um mercado interno formado pelas colônias que garantiam a colocação inicial das mercadorias; 3) a experiência profissional e o conhecimento técnico dos imigrantes fundadores das primeiras indústrias.¹⁶⁴

Segundo Tomio, “esta terceira característica é normalmente enfatizada pelos empresários (I. HERING, 1980) como fator fundamental para a industrialização catarinense”¹⁶⁵, o que “parece servir muito mais a uma autenticação acadêmica de um preconceito ou de uma posição ideológica da elite local.”¹⁶⁶

Em sua tese de doutorado, *A invenção do teuto-brasileiro*, André F. Voigt faz uma análise da formação do conceito de teuto-brasileiro, enquanto categoria utilizada para reforçar uma identidade germânica no sul do Brasil, diferente do

162 Ibidem, p. 76.

163 TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. *Breve História da Burguesia Industrial Têxtil Blumenauense (Constituição, Ação Política e Organizações de Classe)*. In: _____. *Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Ed. da FURB, 2000, p. 68.

164 Ibidem, p. 69-70.

165 Ibidem, p. 70.

166 Ibidem, p. 70.

restante do país. Dos capítulos que abordam a temática, o último trata da relação do conceito de teuto-brasileiro com o empreendedorismo, reforçado com a tese de Hering (1987), já analisada. Para Voigt: “No sentido empregado por RENAUX, as pessoas dotadas destas qualidades seriam os responsáveis pelo desenvolvimento industrial do Vale do Itajaí, atribuindo um caráter essencialmente privatista a questões que são de ordem coletiva.”¹⁶⁷

Assim, caracteriza-se, na interpretação da autora, uma atividade econômica baseada de princípios éticos como “ECONOMIA, MODERAÇÃO E AUTO-CONTROLE, os quais seriam o “pressuposto mais imperioso para industrialização”, maior do que a própria posse de capital. (...) A afirmação da existência de um idílio social desenvolvimentista nas regiões de colonização alemã no Sul, em que são agregadas várias noções carregadas de conteúdo ético-moral, acentuam o discurso da persistência étnica teuto-brasileira como algo naturalmente constituído e necessário para o desenvolvimento regional futuro.”¹⁶⁸

Assim, percebemos que a construção histórica da industrialização do Vale do Itajaí como obra do empreendedor teuto-brasileiro, é evocada por uma elite – desde representantes políticos às teses acadêmicas – para apresentar a história da indústria catarinense como obra de empresários de origem europeia, principalmente alemães.

Desse modo, parece que nos planos de colonização do Vale já estava implícita a indústria, como o “transplante de uma cultura europeia”, “destinada ao sucesso” e nunca ao fracasso. Como afirma HERING em relação ao Vale do Itajaí: “Havia, então, a preocupação de se ocupar os **espaços vazios** do litoral em direção ao interior (...). Aí se formaram núcleos duradouros, **destinados ao sucesso econômico.**”¹⁶⁹ E também que:

A indústria catarinense trouxe **a marca da colonização** original – no Vale do Itajaí formaram-se pequenas e médias empresas familiares, lideradas por empreendedores de origem alemã. Estes, sem contar com o favorecimento do governo, canalizaram os investimentos de base rural para a formação de empresas industriais e desenvolveram suas fábricas adotando como princípio de gerência empresarial a aplicação de recursos autogerados, representados basicamente pela capitalização de parcela dos rendimentos familiares.”¹⁷⁰

A autora conclui, se referindo aos componentes não alemães, que “enfim,

167 VOIGT, André F. Op. Cit. p. 185.

168 VOIGT, André F. Op. Cit. p. 187.

169 HERING, Maria L. R. Op. Cit. p. 32. (grifos meus).

170 HERING, Maria L. R. Op. Cit. p. 318. (grifos meus).

reconhece-se que, se havia nesses elementos certa inferioridade inicial frente aos alemães, esta era superada na medida em que adotavam as mesmas formas de comportamento.”¹⁷¹

Em primeiro lugar, com esse argumentos, a autora despreza a existência de comunidades indígenas inteiras que vivia sob a região do litoral à serra geral, no planalto e região do Vale. Os Tupi-guarani viviam no litoral e já praticavam a agricultura, eram sedentários e tinham na pesca a atividade básica para sua subsistência. No interior viviam os Xokleng e Kaigang que pertenciam ao tronco Jê e ocupavam as florestas e a área dos campos. Como afirma o pesquisador Silvio Coelho dos Santos:

Os indígenas formavam sociedades organizadas e plenamente adaptadas ao ambiente americano. Havia desenvolvido uma tecnologia adequada para este ambiente. E viviam o seu mundo, como qualquer homem: nascendo, trabalhando, amando, lutando e morrendo.¹⁷²

Em segundo, a afirmação do “sucesso econômico”, que depende do ponto de vista adotado, uma vez que o crescimento econômico dentro do capitalismo é sempre acompanhado do crescimento da pobreza, aparece na narrativa histórica como algo predestinado, o que reforça uma concepção linear, arquetípica e teleológica da história, que se desenvolve a partir de um mito fundador e atinge, ao final, um resultado que já havia sido previsto. Parte-se do passado para se legitimar o presente. E essa relação entre passado e presente é fundamental para compreender a crítica que fazemos a tipo de história. Segundo José Reis afirma que:

A história positivista cultuava o evento passado para que ele não se tornasse explosivo no presente. (...) Um passado-coisa, duro, museu, endurece, coisifica, conserva o presente. (...) Portanto, a relação que se estabelece com o passado condiciona a relação que se estabelece com o presente. Se se quer endurecer o passado, o presente será permanente. E quando se endurece o passado é este o objetivo.¹⁷³

A historiografia que privilegia a ação individual do empreendedor teuto-brasileiro como agente da industrialização do Vale, elegendo-o, portanto, como

171 HERING, Maria L. R. Op. Cit p. 153.

172 SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 24.

173 REIS, José C. *Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 33-34.

propulsor do progresso econômico relaciona categorias dadas, como se os sujeitos que viveram a história pudessem saber, *a priori*, o resultado de sua ação. Colonização e indústria; isolamento regional e desenvolvimento autônomo, independente; empreendedorismo e germanidade; germanidade e ética do trabalho, da disciplina, da moderação, são todos conceitos que estão ligados em um encadeamento lógico e racional que garante no presente o sucesso econômico, um “verdadeiro” e “científico” “modelo catarinense de desenvolvimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho surgiu a partir de reflexões ao longo do curso de História, em especial das disciplinas de História de Santa Catarina e do Laboratório de Imigração, e da bolsa PIBIC com o professor Ricardo Lara, sobre a formação social de Santa Catarina, que permitiram tomar contato com a bibliografia aqui abordada e algumas de suas fontes. Desde então, o interesse em pesquisar mais a fundo a problemática da industrialização do Vale do Itajaí, da sua história e da historiografia, levantaram uma série de questões: por que essa historiografia atribuía tanta ênfase na figura do “empreendedor teuto-brasileiro” como agente da industrialização; quais as implicações desse tipo de interpretação para o presente e sua relação com o passado, com a história; como as fontes produzidas na época viam e tratavam esse tema, etc.

No estudo das fontes de literatura de viagem das últimas décadas do século XIX, verificamos que os autores em viagem, na relação com a população local, procuravam estabelecer uma boa imagem, em geral, das colônias visitadas. Como escreviam a pedido de jornais ou periódicos em seu país de origem, interessados em fomentar a emigração para o sul do Brasil, demonstravam conhecimento a respeito da vida, da economia e dos aspectos cotidianos dos colonos que aqui viviam. Mesmo assim, alertavam sobre o “trabalho pesado”, marcadamente agrícola, que vigorava nas colônias.

Destacavam que o bom “progresso” das colônias era fruto do pioneirismo alemão no projeto de colonização, principalmente por causa da superioridade germânica ligada ao trabalho, à disciplina e a uma ética da economia. Estabelecem uma relação de superioridade na comparação com outras etnias, como italianos, luso-brasileiros e afro-brasileiros. Desprezavam a relação com os políticos brasileiros, mas colocavam grande importância na naturalização dos teuto-brasileiros para que disputassem as eleições e garantissem uma vaga nos espaços políticos. Na relação com o luso-brasileiro, ou o “caboclo”, é destacada a visão da “civilização”, do “progresso”, perante o atraso, a “preguiça”, o “mau trabalhador”.

Os relatórios de presidente de província, muito embora abarquem temas mais abrangentes do que a literatura de viagem, também refletem sobre a necessidade da imigração para a província de Santa Catarina. Mas não de qualquer imigrante,

apenas aqueles que viessem com “capitais”, para que pudessem pagar pela terra, pelos instrumentos de trabalho, e investir em algum ramo industrial ou comercial. Como se trata da visão de uma elite política, desprezava os imigrantes pobres, que vinham sem posses, pois, segundo os relatórios “viviam dos subsídios do governo”. Admitiam, de modo geral, a existência de uma “superioridade” dos imigrantes, em especial dos alemães, na questão do trabalho, em relação aos brasileiros, principalmente no que concerne à disciplina, embora tenham que admitir o uso da força pública para reprimir os colonos que se rebelavam contra o não pagamento de salários na construção de estradas.

É interessante pensar como essa ideologia da superioridade étnica do trabalhador europeu, especialmente do teuto-brasileiro, é ressignificada em uma versão oficial da história, escrita por historiadores e outros cientistas sociais, mas que certos elementos comuns se mantêm inalterados. Desde o estudo geográfico de Mamigonian, como vimos, quando afirma que “a colonização alemã em Blumenau trouxe em si mesma a indústria”. E também quando diz: “Assim, pode-se dizer que a colonização do Dr. Blumenau, por causa da sua riqueza humana, no lugar de ser Santa Catarina, se localizasse não importa onde, os resultados seriam os mesmos.”¹⁷⁴

Na historiografia, Walter Piazza, Américo da Costa e Souto e, principalmente, a tese de doutorado de Maria L. Hering Renaux, acabam por reforçar a construção dessa versão oficial da história. Desse modo, parece que nos planos de colonização do Vale já estava implícita a indústria, como o “transplante de uma cultura europeia”, “destinada ao sucesso” e nunca ao fracasso. Como afirma Hering em relação ao Vale do Itajaí: “Havia, então, a preocupação de se ocupar os espaços vazios do litoral em direção ao interior (...). Aí se formaram núcleos duradouros, destinados ao sucesso econômico.”¹⁷⁵

Vemos, portanto, que a historiografia catarinense e a economia política que estudou a origem da industrialização do Vale do Itajaí compartilharam, tal como parte dos contemporâneos da época, uma ideologia étnica germânica associada à superioridade do trabalho e da capacidade empreendedora. Para esta historiografia, o teuto-brasileiro possuía uma capacidade de empreender e de inovar inexistente no brasileiro, o que justificaria a industrialização como resultado exclusivo desse

¹⁷⁴ MAMIGONIAN, Armen. Op. Cit. p. 416.

¹⁷⁵ HERING, Maria L. R. Op. Cit. p. 32

agente. Tal teoria ganha um respaldo “científico” com a obra de Joseph Schumpeter, que teoriza a respeito da figura do empreendedor, propulsor do progresso econômico e da inovação.

Verificamos, portanto, que tal versão oficial da história serviu e serve para legitimar uma relação de permanência com o passado, e como afirmou José Reis: “Um passado coisa, duro, museu, endurece, coisifica, conserva o presente. (...) Portanto, a relação que se estabelece com o passado condiciona a relação que se estabelece com o presente. Se se quer endurecer o passado, o presente será permanente. E quando se endurece o passado é este o objetivo.”¹⁷⁶

Desse modo, para esta historiografia, a industrialização só foi possível porque os imigrantes de origem teuto, os teuto-brasileiros, possuíam uma capacidade de trabalho e de empreender superior aos demais, uma habilidade que não existia no trabalhador de origem brasileira. Vemos, por esse lado, que a historiografia reproduziu, em parte, o discurso do sucesso do empreendedor a partir da *Deutschbrasilianertum*. Verificamos em nosso estudo uma persistência dessa ideologia através da mudança e uma mutabilidade que persiste na historiografia.

Em nossa pesquisa partimos de uma compreensão da história que pode ser resumida pela frase de Machado de Assis de que “não se pode honestamente atribuir à indole de um homem o que é puro efeito das relações sociais”.¹⁷⁷ Se a existência dessa ideologia associada ao progresso econômico dos municípios do Vale é reproduzida, através de diferentes gerações, e pela historiografia, é porque existem interesses sociais na sua reprodução e na necessidade de mantê-la viva no presente.

¹⁷⁶ REIS, José. Op. Cit. p. 33-34.

¹⁷⁷ Memórias Póstumas de Brás Cubas, capítulo CXXIII.

FONTES

GENHARD, Robert. Impressões de viajantes. O Município de Blumenau (1900). *Revista Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXIX, nº 11/12, novembro/dezembro de 1998.

PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. As colônias italianas no Brasil Meridional. *Revista Blumenau em Cadernos*. Vol. 50, n. 4, p.7-20. Jul./ago. 2009.

ZOELLER, Hugo. Os alemães na floresta brasileira. *Revista Blumenau em Cadernos*. Fundação Cultural de Blumenau, vol. 5, 1990.

Um Veterano depõe. *Revista Blumenau em Cadernos*. Fundação Cultural de Blumenau. Tomo III, abril de 1960, nº 4.

Fala com que o Exm. Sr.. Dr. João Rodrigues Chaves abriu a segunda sessão da vigésima segunda legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catharina em 2 de fevereiro de 1881. Cidade do Desterro, Typ. e Lith. de Alex. Margarida, 1881. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <www.crl.edu/content.asp> Acesso em 15/10/2014.

Fala com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 5 de fevereiro de 1884. Cidade do Desterro, Typ. De J.J Lopes, rua da trindade n. 2. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <www.crl.edu/content.asp> Acesso em 15/10/2014.

Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos 1º vice-presidente passou a administração da Província de Santa Catarina ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá em 22 de junho de 1885. Cidade do Desterro, Tipografia do Jornal do Comércio. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <www.crl.edu/content.asp> Acesso em 15/10/2014.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina na 1ª sessão da sua 26ª Legislatura pelo presidente Dr. Francisco José da Rocha em 21 de Julho de 1886. Cidade do Desterro, Typ. Do conservador, Rua do Príncipe nº 63. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <www.crl.edu/content.asp> Acesso em 15/10/2014.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente Francisco José da Rocha em 11 de Outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A. M. Coelho da Rocha & C. Rua do Hospício, 137. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <www.crl.edu/content.asp> Acesso em 15/10/2014.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 10 de agosto de 1899 pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado. Florianópolis, Typ. Da Livraria Moderna, 1899. Brazilian digitization Homepage. Disponível em:

<www.crl.edu/content.asp> Acesso em 15/10/2014.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 11 de agosto de 1900 pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado. Rio de Janeiro, Typ. Aldina, Rua da Assembleia, 1900. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <www.crl.edu/content.asp> Acesso em 15/10/2014.

BIBLIOGRAFIA

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: UFSC, 315p.

BRAZ, Marcelo. NETTO, José P. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, 124p.

CEAG/SC. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/SIC/CODESC/BRDE/BADESC/BESC/PROCAPE, 1980.

COSTA SOUTO, Américo A. *Industrialização de Santa Catarina: o vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. In: Ana Brancher (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982, 248p.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GOULART F., Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

HERING, Maria L. R. *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HOBBSAWN, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HILLESHEIM, Anselmo Antonio. O crescimento do mercado interno numa colônia do Império: o caso de Blumenau – 1850-1880. Florianópolis: UFSC/CCH, 1979, 86p. (Dissertação de Mestrado).

KARNAL, Leandro. TATSCH, Flavia. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla B. DE LUCA, Tania R. (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: *O Brasil Imperial. Vol. II (1870-1899)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 201-231.

LUCKÁCS, Gyorgy. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1972.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MACHADO, Paulo P. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Vozes, 1984.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 27: 389-481, jul./set. 1965.

_____. Brusque: estudo de geografia urbana e econômica. In: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. Álbum do 1º centenário de Brusque. Brusque: SAB, 1960, 41p.

MATTOS, Fernando Marcondes de. *Industrialização catarinense: análise e tendências*. Florianópolis: UFSC, 1968, 152 p.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, livro I, 1985.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: UFSC, 2002

PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre: BRDE, 1982.

PIAZZA, Walter F. HÜBENER, Laura M. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

RICHTER, Klaus. A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. Blumenau; Florianópolis: Ed. da FURB/Ed. da UFSC, 1992, 88p.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.

_____. A dimensão Cultural da Imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 77, p. 47-62.

_____. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, nº 37, 1982, p. 1-33.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, 118p.

SCHARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTEDI, Marcos Antônio; IVO, Marcos; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Ed. da FURB, 2000, 321 p.

VIDOR, Vilmar. *Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

VOIGT, André Fabiano. *A invenção do teuto-brasileiro*. (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2008.

WOLFF, Cristina S. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 2009, p. 52-61.

_____. Mulher alemã, mulher trabalhadeira. *Blumenau: Blumenau em Cadernos*, Tomo XLV, nº 09/10, Setembro/Outubro, 2004, p.75-96.